



Município da Marinha Grande

Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia 08/04/2019.

Mandato de 2017/2021
Ata nº 9

Aos oito dias do mês de abril de dois mil e dezanove, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- Mêlina Monteiro Mira Domingues;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

A Sr.^a Presidente abriu a reunião pelas 14:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.^a Vereadora **Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro** comunicou em 08/04/2019, nos termos do disposto no artigo 78.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 79.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atualizadas, que por motivos de índole pessoal não poderá participar nesta reunião, pelo que solicitou a justificação da sua falta e informou que em todas as suas funções enquanto Vereadora será substituída pela candidata imediatamente a seguir na lista do MpM – Movimento pela Marinha, Senhora **Mêlina Monteiro Mira Domingues**.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1. **Sr. Artur da Costa** – pretende falar sobre os incêndios de 15 de outubro no Pinhal de Leiria.
2. **Sr.^a Maria Joana Lopes Cortes** - pretende ser informada sobre o motivo de ter sido retirado o estacionamento do lado esquerdo da Rua Júlio Esperança de Brito, na Ordem.
3. **Sr. Joaquim Loureiro Andrade** - pretende falar sobre o Parque Mártires do Colonialismo, Jardim Luís de Camões, iluminação pública, bilhetes para os espetáculos na Casa da Cultura, porta abandonada, Largo 26 de Março de 1917, Rua das Figueiras e proibição de entrar no Museu do Vidro.
4. **Sr. João Encarnação Cruz** - pretende falar sobre o Regulamento da Biblioteca Municipal.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção dos membros do executivo

ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

1. Aprovação da ata n.º 7, da reunião ordinária do dia 12 de março de 2019

GABINETE MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

2. Início do procedimento administrativo de elaboração do novo Regulamento Municipal de Uso do Fogo e de Limpeza de Terrenos - Constituição de interessados

DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA

OBRAS MUNICIPAIS

3. Empreitada de: Conservação e reabilitação de pavimentos na rede viária do Concelho - Concurso público n.º 21/2018 - Adjudicação

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

APROVISIONAMENTO

4. P.A. N.º 112/2017-AP/DISU – “Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal”. Aprovação de serviços a menos e liberação de caução.
5. P.A. N.º 32/2019-AP/DDC – “*Produção da 6.ª edição das festas da cidade*” - Abertura de procedimento de contratação pública.

FINANÇAS E TESOURARIA

6. Resumo de Tesouraria do dia 02 de abril de 2019
7. Notificação de aprovação da Candidatura PDCT - Centro de Saúde - Abertura de conta bancária
8. 5.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2019

DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA

OBRAS MUNICIPAIS

9. “Remodelação do Centro de Saúde da Marinha Grande - Concurso Público n.º 12/2018” – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra.
10. “Rede de Saneamento de águas residuais domésticas da Amieira e Charneca da Amieira-Fase 4 – CP n.º 19/2017” – Aprovação suspensão dos trabalhos.
11. “*Reabilitação/ampliação da Escola Básica da Moita - CP n.º 05/2018*” – Suspensão parcial dos trabalhos.
12. “Requalificação da Rua da Vitória - CP n.º 13/2018” – Suspensão parcial dos trabalhos.
13. Requalificação da Rua da Vitória - Concurso público n.º 13/2018 - Aprovação de trabalhos complementares
14. “Requalificação e eficiência energética da Piscina Municipal de Vieira de Leiria - Concurso público n.º 06/2018 - Não receção provisória
15. “Requalificação e eficiência energética da Piscina Municipal de Vieira de Leiria - Concurso público n.º 06/2018 - Receção provisória

- 16. “Rede de Saneamento no Lugar de Passagem - Vieira de Leiria - 2ª Fase” Concurso Público nº 04/2011 - Receção Definitiva
- 17. Reabilitação dos espaços exteriores - Escola de Casal de Malta - Concurso público n.º 01/2019. Aprovação de mapa de trabalhos e quantidade final. Prorrogação de prazo. Ratificação de despacho
- 18. Requalificação Arquitetónica e energética do Edifício da Biblioteca Municipal – Concurso Público n.º 10/2019 - Ratificação de despacho
- 19. Requalificação Rua Nova Moinho de Cima e infraestruturas saneamento dos arruamentos adjacentes - Concurso público nº 22/2016
- 20. Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinós, Pedrulheira e Tojeira - Fase 1 - Concurso público n.º 14/2019. Deliberação Inicial
- 21. CP - 14/2018 - “Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e rede viária da saída norte da ZIMG - Fase 01” - Reclamação da Minuta de contrato a celebrar - proposta de aceitação
- 22. CP - 15/2018 - “Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e rede viária da saída norte da ZIMG - Fase 02” - Reclamação da Minuta de contrato a celebrar - proposta de aceitação
- 23. Requalificação dos Blocos L/M de habitação social e dos 36 fogos de Casal de Malta – Marinha Grande – Concurso Público n.º 11/2019 – Abertura de concurso

DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

BALCÃO DE ATENDIMENTO AO MUNICÍPE

- 24. Isenção do pagamento de taxas

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO

- 25. Proposta de suspensão parcial do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande e estabelecimento de medidas preventivas - Santos Barosa Vidros S.A.
- 26. CP 05/2018 - “Requalificação/ampliação da Escola Básica da Moita” - Aprovação de trabalhos complementares e prorrogação de prazo da empreitada em 30 dias
- 27. Pedido para colocação de um sinal de Proibição de Trânsito a pesados na Rua da Charnequinha - Moita.
- 28. Pedido para revisão da sinalética existente e colocação de estacionamento para cargas e descargas no Largo dos Combatentes da Grande Guerra em Vieira de Leiria
- 29. Aprovação dos Projetos de Arquitetura e Especialidades para a “Requalificação dos Blocos L/M de Habitação Social e dos 36 Fogos - Casal de Malta - Marinha Grande - Projetos de Execução - Aprovação

GESTÃO URBANÍSTICA

- 30. Req.º nº 522/19, datado de 19/03/2019 - Proc.º n.º 41/18, datado de 09/02/2018 - Lino Marques Afonso -Cabeça de Casal da Herança de
- 31. Req.º nº 1766/17, datado de 13/10/2017 - Proc.º n.º 375/11, datado de 03/10/2011 - Aníbal Ascenso André - Cabeça de Casal da Herança de
- 32. Req.º nº 491/19, datado de 14/03/2019 - Proc.º n.º 287/14, datado de 14/08/2014 - Sílvia Maria de Sousa Calado Gaspar
- 33. Req.º nº 494/19, datado de 14/03/2019 - Proc.º n.º 95/19, datado de 14/03/2019 - Frederico Pedro Leal Marques Pedrosa Ribeiro e Carla Isabel Pedrosa Cruz Moleirinho
- 34. Req.º nº 441/19, datado de 06/03/2019 - Proc.º n.º 27/18, datado de 01/02/2018 - Marisa de Sousa Prior

35. Req.º nº 387/19, datado de 25/02/2019 - Proc.º nº 454/18, datado de 24/10/2018 - Luís Rodrigues Lopes, Maria Idalina Loureiro dos Santos, Paulo Jorge Lopes Santana de Almeida e Paula Cristina dos Santos Lopes Almeida
36. Req.º nº 570/19, datado de 27/03/2019 - Proc.º nº 417/18, datado de 02/10/2018 - Jorge Manuel Ferreira Duarte e Elisabete Gaspar Pedro Duarte
37. Req.º nº 1954/18, datado de 29/10/2018 - Proc.º nº 460/18, datado de 29/10/2018 - Martina Maria Greiner Achtermann
38. Req.º nº 1192/18, datado de 02/07/2018 - Proc.º nº 248/18, datado de 02/07/2018 - Estefânio de Sousa
39. Req.º nº 2167/18, datado de 30/11/2018 - Proc.º nº 486/16, datado de 24/11/2016 - Marisa Isabel Pimenta Gomes
40. Req.º nº 325/19, datado de 13/02/2019 - Proc.º nº 390/18, datado de 29/12/2008 - Helga Catarina de Oliveira Ribeiro
41. Req.º nº 547/19, datado de 22/03/2019 - Proc.º nº 379/18, datado de 14/09/2019 - Sedlom - Sociedade de Moldes de Precisão Lda.
42. Req.º nº 2241/18, datado de 13/12/2018 - Proc.º nº 530/18, datado de 13/12/2018 - Socrebel Sociedade Comercial de Restauração e Bebidas do Liz, Lda.
43. Req.º nº 1782/18, datado de 02/10/2018 - Proc.º nº 446/17, datado de 03/10/2017 - Rua das Flores - Gestão de Activos Imobiliários Lda
44. Proc.º nº 1082/01, datado de 08/11/2001 - Alfredo Sousa Duarte

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA

EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

45. Cessação do contrato de comodato formalizado entre a Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande (Capela de Picassinós) e o Município da Marinha Grande, para o funcionamento da cantina escolar de Picassinós com a respetiva cedência dos equipamentos nela existentes à primeira.

INTERVENÇÃO CULTURAL

46. Isenção de taxas de ingresso na Casa-Museu Afonso Lopes Vieira – Instituto Politécnico de Leiria
47. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 – Área cultural - Sport Operário Marinhense - Concerto comemorativo do 25 de Abril - Cantar e dizer Abril

PROMOÇÃO SOCIAL, SAÚDE E VOLUNTARIADO

48. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, da inquilina residente na Rua Adriano Marques Nobre, nº 24 - Camarnal.
49. Realojamento temporário de munícipe em situação de vulnerabilidade e emergência social em habitação sita na Travessa de Diu nº 5 - Lameira da Embra
50. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra em 2019 – Área social - Sport Operário Marinhense - Autismo Rock's.

DIVISÃO JURÍDICA E DE APOIO

APOIO JURÍDICO

51. (In)admissibilidade de atribuição de um subsídio por aluno que frequente os cursos de iniciação de Música e de Dança, bem como os cursos básicos de Música e de Dança

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1. Sr. Artur da Costa – inscreveu-se para falar sobre os incêndios de 15 de outubro no Pinhal de Leiria.

Apesar de inscrito, o munícipe não compareceu.

2. Sr.ª Maria Joana Lopes Cortes - pretende ser informada sobre o motivo de ter sido retirado o estacionamento do lado esquerdo da Rua Júlio Esperança de Brito, na Ordem, uma vez que desde que ali mora, há 54 anos, sempre se estacionou naquele local. Pede que seja reposta a situação anterior.

3. Sr. Joaquim Loureiro Andrade - falou sobre os seguintes assuntos, que constam da intervenção escrita que entregou e que se anexa à presente ata (**Anexo 1**):

- ⇒ a Praceta do Vidreiro, que está às escuras, sem iluminação pública;
- ⇒ o mau cheiro da vala das Figueiras;
- ⇒ na Casa da Cultura só é permitida a compra de bilhetes para o balcão depois da plateia estar completa;
- ⇒ a necessidade de limpeza do Parque Mártires do Colonialismo, Jardim Luís de Camões e do portão da Câmara;
- ⇒ necessidade de jardinagem nos arbustos do Largo 26 de Março de 1917, que tapam as passadeiras para peões;
- ⇒ ameaças e proibições de entrar no Museu do Vidro e no futuro Museu do Molde;
- ⇒ respostas aos pedidos que fez anteriormente.

4. Sr. João Encarnação Cruz – cumprimentou todos os presentes e congratulou-se com a realização da Semana da Educação e Juventude, que considerou excelente e muito boa para as crianças.

Prosseguiu a intervenção, referindo que no passado dia 4 de abril foi à Biblioteca Municipal e pretendia assistir aos jogos de matemática, que se realizavam nesse dia, das 10:00 h às 16:30 h. Foi-lhe dito pela funcionária que estava interdito de assistir, por não se destinar ao público mas só aos alunos, quando entende que se tratava de uma iniciativa destinada à comunidade em geral.

Nesse mesmo dia, e estando na Biblioteca Municipal a ler o jornal, presenciou a colocação de postais, tendo perguntado se a Câmara dava autorização. A funcionária advertiu-o dizendo-lhe para não causar problemas. Não entende que problemas pode causar.

Terminou a intervenção pedindo à Sr.ª Presidente e à Sr.ª Vereadora que respondam ao seguinte:

- ⇒ A ação das 10:00 h às 16:30 h do dia 4 de abril era interdita à comunidade em geral?
- ⇒ A Biblioteca Municipal é local de colocação de publicidade enganosa e persuasiva?

Terminadas as intervenções, a **Sr.ª Presidente** deu a palavra ao **Sr. Vereador Carlos Caetano**, que depois de cumprimentar todos os presentes na sala e em casa, **respondeu o seguinte às intervenções dos munícipes:**

- D. Joana – o **Sr. Vereador** explicou que a alteração aconteceu devido a reclamações dos vizinhos do lado contrário, porque com o estacionamento do lado esquerdo eles não podiam entrar nas suas garagens. Um morador fez uma reclamação e juntou uma informação da PSP, e em face disso a Câmara agiu de forma a fazer cumprir o Código da Estrada. A verdade é que isso causa constrangimentos e a medida, apesar de cumprir a lei, talvez não seja a melhor,

pelo que se deverá tentar agradar aos dois lados, permitindo que os moradores do lado direito possam entrar e sair e os do lado esquerdo cumprirem com o estacionamento na caixa que for pintada para o efeito. É possível corrigir, a Câmara está aberta a fazer a correção, embora tenha que se ir ao local para verificar o espaço que se poderá destinar ao estacionamento.

- Sr. Andrade – o **Sr. Vereador** pediu mais informações sobre a vala das Figueiras e os maus cheiros, porque, conforme informou, amanhã vai com a Proteção Civil ver algumas valas.

Sobre o Largo 26 de Março, junto às Finanças, tomou nota da situação.

Em relação às respostas pedidas no dia 12 de março, referiu que tendo estado reunido com o Sr. Andrade no dia seguinte, dia 13 de março, entendeu, na altura, que as respostas estavam dadas, apesar de terem discutido tudo ponto a ponto. No entanto irá dar-lhe as respostas por escrito.

Sobre a venda de bilhetes na Casa da Cultura, a **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** respondeu que vai ver a questão que levantou.

Sobre a proibição de entrada no Museu do Molde, a **Sr.ª Presidente** disse que o Sr. Andrade falou com ela sobre isso, e o que lhe disse é que ninguém está proibido de entrar em espaços públicos. O Sr. Andrade falou-lhe da ameaça, perguntou-lhe se foi feita por algum funcionário da autarquia, respondeu-lhe que seria, provavelmente, familiar de uma funcionária da autarquia. Falou com ela, tem cá pouca família e desconhecia essa situação. Informou o Sr. Andrade que tinha o direito de se dirigir aos locais próprios para resolver este tipo de situações de ameaças e até o aconselhou a ter cuidado com a sua saúde. As ameaças contra a integridade de qualquer pessoa, feitas fora de um espaço que não é camarário, tal como foi referido, terão de ser relatadas à PSP.

Sobre a proibição de entrada num espaço público, a **Sr.ª Presidente** informou que não foi emitida qualquer ordem nem poderia tê-lo feito. Reitera tudo aquilo que lhe disse na quinta-feira e na sexta-feira reuniu com a responsável do Museu. O Sr. Andrade deverá apresentar a queixa no local adequado.

- Sr. João Cruz – a **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** disse que foi averiguar a situação, e informou que o Sr. João Cruz não foi impedido de entrar, as salas estavam reservadas para os jogos de matemática e os professores estavam a prepará-las para os alunos, que acabaram por não vir e foram para outra atividade.

Em relação aos postais, a **Sr.ª Vereadora** informou que é uma empresa que há muitos anos os vem colocar, para divulgação de atividades e campanhas. Colocam-nos na Biblioteca e também no edifício da Câmara. Não lhe parece que o seu conteúdo seja inadequado nem que tenham propaganda enganosa. A empresa coloca, são gratuitos e as pessoas costumam levar.

Em relação ao Regulamento de funcionamento da Biblioteca Municipal, informou que na CIMRL se está a trabalhar num grupo no sentido de fazer um regulamento comum a todas as Bibliotecas Municipais, até para se tratar do intercâmbio de livros. Em relação à situação com a funcionária, irá falar com ela, mas têm-na como uma pessoa muito correta.

Seguidamente a **Sr.ª Vereadora** deu a conhecer os postais a todos os membros do executivo.

A **Sr.ª Presidente** referiu que conhece a funcionária, cumpre e dedica-se aos princípios de ética e serviço público de que o Sr. Cruz fala. No que respeita aos postais, e depois de os ter analisado, disse que não lhe parece que não sejam adequados.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A Sr.^a Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores que pediram para intervir.

O Sr. Vereador Carlos Caetano informou o seguinte:

- Rotunda do Pero Neto – na sexta-feira esteve reunido nas Infraestruturas de Portugal, para falar deste e de outros assuntos. Já lá têm a proposta da Câmara para intervir no local. Pediu esta reunião para pressionar e comprometeram-se a dar resposta durante o mês de abril, e depois ver se se pode avançar com a obra.
- Na reunião passada disse que se ganhou algum tempo na execução dos projetos de saneamento, e hoje vem a 1.^a fase do saneamento de Picassinós. Mas em relação ao RMEU tem que informar que está com 15 dias de atraso em relação ao previsto.
- Mercado Municipal – passaram duas semanas, não se reuniram para falar sobre o mercado, mas disse que não quer deixar de apresentar aqui as suas ideias. Começou por falar do espaço do edifício da FEIS, dizendo que defende o aproveitamento do espaço de escritórios para instalações municipais (serviços técnicos que estão em espaço alugado mais a parte que está nos estaleiros). Vê vantagens em que trabalhem no mesmo espaço. Haveria melhores condições de trabalho e um intercâmbio de sinergias. Assim terminava-se o contrato de arrendamento e libertava-se o espaço dos estaleiros, com a transferência da parte técnica, e construía-se uma nova zona oficial, reabilitando o espaço, com a integração dos dois terrenos, podendo assim construir aí o mercado, e assim já haveria financiamento. Já há projeto e o mercado ficaria no centro. Deixa a ideia na mesa, para se pensar no futuro, embora saiba que há um estudo já feito para o atual local.

A Sr.^a Vereadora Mêlina Mira cumprimentou todos os presentes e tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

“1) Quero agradecer à Sra. Presidente o facto de ter enviado para nosso conhecimento o parecer da CCDR no que respeita ainda à tempestade Leslie. Agora um ponto importante a ser esclarecido: Da parte do MPM nunca se pediu nesta camara apoio financeiro fosse para que concessionário fosse! O que se tem insistido é na parte dos wc’s dos concessionários e PORQUE são públicos, estão abertos 24h e servem toda a comunidade.

Tem sido este o contexto, NUNCA foi outro!

O pedido de parecer jurídico feito pela sra Presidente à CCDR, a 1 de Fevereiro 2019, que vou citar “SE a CM pode substituir os empresários na sua responsabilidade de reconstrução de todo ou em parte dos equipamentos de apoio de praia?”

Claro que a resposta da CCDR foi no sentido de informar que não cabe à Câmara o financiamento direto da reconstrução de imóveis particulares, sejam habitacionais, comerciais, industriais ou de serviços, mas para isto todos sabíamos não era necessário perguntar o óbvio. O que pretendíamos era que a autarquia assumisse os WC’s dos concessionários como públicos, e dessa forma contribuir para a sua reconstrução. Era só para esclarecer...

2) Sobre a questão da água dos concessionários ser suportada pela autarquia, desde 21 Dezembro 2018 que estou espera resposta da sra presidente.

3) *Ponto situação relativamente ao Ponto de Venda de Peixe (lota) na Praia da Vieira. Na reunião de 12 Março deste ano o vereador Caetano disse que ia ser lançado um procedimento para recuperar este ponto, estava em perspetiva um novo espaço. Em que ponto estamos desde 12 Março até hoje, 8 Abril? Lembro que a atual lota está degradada, sem condições e coloca em causa a segurança de todos, não esquecendo em nos estamos a aproximar de mais uma época balnear...*

4) *Por falar em época balnear pretendo saber se já existe programa para as nossas praias...Praia da Vieira e S. Pedro. Sobre S. Pedro pretendo saber se já existe algum plano de ação para fazer face à acentuada falta de areia. Está a tornar-se muito perigoso."*

A Sr.^a Vereadora Lara Lino cumprimentou todos os presentes e tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

1. *Em relação ao município quero apenas referir que sim é verdade o que o Sr. Joaquim Andrade disse acerca dos bilhetes para o balcão do teatro. Já me aconteceu, pedi bilhetes e foi-me dito exatamente isso, que só vendiam para o balcão quando a plateia estivesse cheia.*
2. *Queria questionar para quando a reunião para introdução do saldo de gerência, estamos a 8 de abril!*
3. *Gostaria de saber qual a programação para as comemorações do 25 de abril! Estamos no mês de abril e não conheço nada sobre o que irá ser levado a efeito tendo em conta o assinalar desta data.*
4. *O Sport Operário Marinhense enviou um email a solicitar uma reunião, dia 18 de março e voltou a enviar a mesma solicitação dia 7 de abril, retrata a reunião como urgente e gostaria de saber, mais do que quando será a reunião o porquê de não responderem a esta associação? Acho uma falta de consideração há quase um mês não responderem a uma associação.*
5. *Em relação a um outro email, enviado A 2 DE ABRIL, pela Federação de Motociclismo de Portugal com a realização da 21ª edição do Portugal de Lés-a-Lés QUE ESTE ANO PASSA pelo litoral do país, entre Felgueiras e Lagos. Gostaria de saber se já foi dada alguma resposta ou qual a intenção desta autarquia. Quero acrescentar e realçar que, tal como referem no email esta é a 21 edição, este é uma passeio que acontece anualmente, tem projeção a nível nacional e reconhecimento a nível internacional. A última edição contou com mais de 2000 motas e mais de 200 dos participantes vinham de outros países. Eu conheço esta organização desde a primeira edição, e organização é excelente, inclusivamente em 2014 o lés a lés passou na praia de S Pedro de Moel, e é de louvar que queiram novamente passar no nosso concelho. A organização propõe-se a passar pelas praias de Vieira de Leiria e S Pedro de Moel, referem que tem como objetivo o turismo e penso que devemos aproveitar e apoiar esta iniciativa ainda mais depois de termos sofrido os incêndios. Proponho que a camara municipal, em colaboração com as juntas de freguesia da Vieira e da Marinha Grande, apoiem esta iniciativa e assim dêem a conhecer as nossas praias. Aproveito para questionar o programa para as praias na época balnear que se avizinha.*

6. *Queria pedir para que me fosse facultado o dossier sobre o mercado com todas as informações nomeadamente as diligências tomadas desde o início deste mandato*
7. *Por último em relação ao email enviado para participar na acção **Reflorestação no Pinhal do Rei**, que se realizou no dia **3 de abril que contou** com a presença do Sr. Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Dr. Luís Capoulas Santos, do Sr. Presidente do ICNF, Eng. Rogério Rodrigues e do representante do Imamat Ismaili em Portugal, Dr. Nazim Ahmad, eu não consegui estar presente, no entanto gostaria de saber qual o propósito desta reflorestação, o que é que isto acrescentou aos problemas do nosso pinhal, quais as informações relevantes, quando é que as estradas serão?? Em suma Sr.^a Presidente e muito concretamente esta ação serviu para quê?”*

A Sr.^a Vereadora Célia Guerra referiu o seguinte:

- Deu os parabéns a todos pelo empenho para o sucesso da Semana da Educação.
- Informou que a Festa da Primavera e as atividades das férias da Páscoa começaram ontem e vão até ao dia 13, e de 13 a 21 haverá a Páscoa em Movimento, em S. Pedro de Moel, uma organização conjunta da CMMG e da PROTUR.
- Foi dito que o link com os contratos não está na página da CMMG, mas pode informar que está.
- Deu também os parabéns ao SCM, pelo jogo realizado no sábado, de solidariedade para com o povo de Moçambique. Não pode ir porque esteve em actividades com as escolas.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes na sala e os que estão em casa, e, sobre as intervenções dos munícipes, fez alguns comentários, entre os quais:

“Sobre a munícipe Sra Joana Cortes e os moradores na Rua Júlio Esperança de Brito, na Ordem, ficou claro que a Câmara decidiu mais uma vez sem escutar os munícipes. A rua é estreita, dum só sentido e a maioria dos moradores não tem garagem, portanto deixavam os carros na rua em frente às suas casas. A Câmara colocou sinais de proibido parar e estacionar em ambos os lados de toda a rua, criando enormes constrangimentos a todos os moradores. Tendo em conta que a rua é apertada, se existir um carro estacionado em frente às garagens é verdade que se torna difícil a saída da garagem. E aí justifica-se que seja proibido estacionar. Mas não há qualquer razão para que seja proibido estacionar dos dois lados em toda a rua.

Sugiro que analisem o problema de ambos os pontos de vista e se altere o que agora se fez, colocando a proibição de estacionar apenas em frente às garagens.”

Sobre o Sr. Andrade, disse que os seus alertas são sempre atentos, e em relação às ameaças que refere, entende que a situação deve ser clarificada, e a Sr.^a Presidente deve atuar se foi alguém da Câmara.

Em relação ao Sr. João Cruz, e sobre os postais, disse que se deve ver se têm ou não interesse.

Tendo em conta que o Sr. Vereador enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

“1. FELICITAÇÕES

a) *Felicitar o Desportivo Náutico da Marinha Grande, os seus dirigentes e treinadores pelo desempenho no Campeonato Nacional de Juvenis, Juniores e Absolutos, e em especial o nadador Ricardo Silva que se sagrou campeão nacional juvenil nos 100m costas e medalha de prata nos 200m costas e 200m livres. Felicitar também a Giovanna Vargas pela medalha de bronze nos 200 mariposa absoluto.*

2. ASSUNTOS DIVERSOS

2.1 *Queria alertar para a poda das árvores. É visível por toda a cidade que não se está a realizar a poda das árvores e com isso há ramos de árvores que estão a ficar na estrada. Apenas como exemplo basta ver as arvores que ficam ao chegar à Rotunda do Vidreiro. Este assunto entronca na falta questão da limpeza das ervas na beira das estradas e passeios. Quem faz esse serviço? Quem o fiscaliza?*

2.2 *As comunicações em S. Pedro estão a ser melhoradas. A empresa de comunicação anda a passar fios e numa reunião da Associação de S. Pedro foi alertado que estão a colocar postes em vez de ser subterrâneos. O vereador Caetano disse que já sabia e que falou com a empresa para passar os fios poe debaixo do chão. Puro engano, a empresa continua a passar fios colocando postes, como aconteceu na rua Adolfo Leitão, em frente ao Topis. Vejam os fios que tocam os candeeiros em frente ao Centro Azul. É lamentável que numa praia tao bonita estejamos a utilizar métodos do Sec. passado e o vereador Caetano, que diz ter falado com a empresa, permita que tal aconteça.*

2.3 *Recebemos um mail do SOM a perguntar à Câmara por uma resposta. Qual a situação?*

2.4 *Hoje a Marinha Grande foi notícia nas TVs uma vez mais pelas condições em que temos as Conservatórias. Há anos que estamos na mesma situação com promessas e conversas repetidas da Sra Presidente com os seus correligionários do governo. Mas a obra não se faz e continua a manter as conservatórias naquele sítio sem condições. Até quando?*

2.5 *O nosso Concelho é o segundo do país que mais ajuda no crescimento das exportações. E este resultado é ainda mais surpreendente porque é conseguido por PME's, sem ter uma grande empresa, como p.e. a Autoeuropa. Felicito toda a atividade económica exportadora do concelho, com natural ênfase aos empresários, colaboradores e demais envolvidos. Este crescimento é sentido em muitas das atividades, com especial relevância para a indústria de vidros (sobretudo embalagem), que contribuiu com 105 M€, duplicando o resultado de 2017. Esta Câmara assinou o que considera ser o plano estratégico para 2030, o PTE, e não incluiu no documento a AIVE, a Associação dos Industriais de Vidro de Embalagem. É lamentável que este executivo permanente não considere para o futuro estratégico do nosso concelho, a Associação que agora se mostrou mais significativa no crescimento das exportações no concelho e no país.*

2.6 *Ainda sobre inépcia da relação da Câmara com a atividade económica no passado e no presente, gostaria de referir uma exposição sobre o plástico que foi inaugurada este fim-de-semana, organizada pela Câmara de Leiria, sendo desenhada por uma equipa de arquitetos marinhenses e também construída por uma empresa marinhenses. Tendo a indústria de plástico crescido na região em consequência da indústria de moldes, seria natural que uma*

exposição deste tema fosse feita na Marinha Grande. Mas não, esta história da matéria-prima mais importante do Séc. XX, está a ser contada em Leiria.

É tempo de pensarmos o futuro da Marinha Grande, e deixar vincado o riquíssimo legado que herdámos e continuamos a construir. Para isso, devíamos erguer um Museu da Cidade onde contássemos a história da atividade económica, onde juntássemos o vidro, os moldes, os plásticos, a cartonagem, a embalagem, a engenharia, a floresta e toda a atividade de registo no concelho. Adequar o museu do vidro atual, juntando à minimalista coleção visitável da indústria de moldes com o museu da floresta que não sai do papel.

Seria um museu vivo, inigualável, de dimensão mundial, que toda a gente quisesse visitar, e onde os marinhenses se orgulhariam dos seus feitos. Vamos deixar as palavras e passar ao atos. Vamos pensar em grande. Até posso propor um espaço, que seria no âmago, no berço da Marinha Grande, aqui mesmo ao lado.

2.7 Queria questionar sobre assuntos que colocamos nas reuniões de Câmara à Sra Presidente e aos Srs vereadores, e que ficaram de responder. Apenas como exemplo:

2.7.1 Volto ao assunto da publicação de apoios. Sra Presidente, Sra Vereadora Célia, o que foi aprovado nesta câmara é que fosse colocado um link na primeira página do site, o que foi feito, mas também que fosse publicado, e ainda não foi, o que foi decidido aqui em deliberação da Câmara, ou seja: “todos os apoios financeiros e não financeiros, bem como os apoios materiais, atribuídos a todas as entidades, sejam pontuais ou integrados num contrato programa. Para além dos contratos programas publicados, deve existir um quadro síntese onde se incluam TODOS os apoios atribuídos, por instituição, e por área, seja no âmbito do desporto federado, do “Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou outra”, ou noutra qualquer âmbito. “

2.7.2 Ouvimos uma passagem da última reunião de câmara onde o vereador Caetano disse: “... Sr. vereador Aurélio não lhe foi enviada a informação, tem razão, se fosse ao contrário eu também ficava aborrecido...só me compete recuperar o tempo perdido e enviar-lhe isto... e ter mais atenção nas próximas vezes”

Estávamos a referir-nos a:

- contrato assinado pela autarquia sobre a implantação do aterro sanitário perto de Albergaria

- Lista das obras na Resinagem, da responsabilidade da construtora e da Câmara

Depois de ouvirem isto, com certeza pensarão que a documentação me foi enviada de imediato. Estão enganados, tal como eu fui uma vez mais enganado, é que não recebi nenhuma documentação que o sr vereador Caetano parecia tao incomodado de não ter enviado.”

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- Fez também suas as felicitações a todos os atletas.
- Deu os parabéns ao SCM, pelo jogo de solidariedade para com as vítimas de Moçambique, e informou que o próximo jogo será dia 10 de abril.
- Municípes – confessou-se incomodada com a questão do estacionamento. Independentemente da opinião da PSP, a Câmara deve tomar a decisão em consonância com os interesses dos seus municípes. Espera que a resolução seja rápida.

- Ameaças – disse que é lamentável, não sabe o que se passa, mas o que o Sr. Andrade relata é grave. Mas também é grave o conselho da Sr.^a Presidente, ao dizer-lhe para se afastar, porque a situação veio ter consigo. Talvez fosse bom para alguns que se afastasse, porque o Sr. Andrade é incómodo. Deverá apresentar uma queixa na PSP, sem que deixe também de apresentar a situação na Câmara, que deve apurar o que se passou.
- Alguns dos assuntos que trazia, e que a preocupam, já foram abordados pelos Srs. Vereadores que a antecederam.
- Não tem nada contra as redes sociais, divulga informação na sua página do facebook.

E uma das situações que aí partilhou foi a da lota da Praia da Vieira. É uma vergonha. Não compreende como é que ainda hoje está assim, quando o Leslie foi há meses.

O telhado do mercado de S. Pedro está na mesma situação, e irá divulgá-lo através dos meios que tem para fazer saber o descontentamento. Não é nada pessoal, mas está a falar de política e do trabalho do executivo permanente para os munícipes, em prol do concelho. Não se irá calar, vai continuar a publicar e a denunciar tudo aquilo que entender.

- Estaleiros da Vieira – como está o processo?
 - Conservatórias – não há solução à vista. Neste momento são os próprios trabalhadores a reclamarem melhores condições. A situação está intolerável.
 - Como intolerável está a questão do pinhal. Não está a falar da reflorestação, que terá regras e tempos próprios para plantação. O que gostava era que acontecesse alguma coisa depois de todas as visitas e promessas. As matas continuam trancadas e com um matagal terrível. São situações que se podiam resolver já, a curto prazo. Porque não se limpam já? A Sr.^a Presidente não pode ficar confortável com o que o Eng.^o Rosmaninho disse, que vai começar pela Figueira da Foz e depois virá por aí abaixo até chegar aqui.
- Apela à Sr.^a Presidente e aos Srs. Vereadores para que ponham mãos à obra e se abra e limpe a zona não ardida. Que se ponha a denominada “volta aos sete” ao serviço da população.
- Programa do 25 de Abril – já há cartaz das festas da cidade na página da Câmara e não há nada sobre o 25 de Abril. São 45 anos!
 - Concessão do cinema – qual o ponto de situação?

A Sr.^a Presidente deu a palavra ao Sr. Vereador Carlos Caetano, que respondeu o seguinte:

- Lota da Vieira e de S. Pedro – a intervenção está prevista a partir do dia 15 de abril. Há prioridades a estabelecer pelos técnicos, apesar de já ter passado muito tempo. As campanhas costumam começar a partir do fim de maio e daí a necessidade da sua utilização, embora com o bom tempo já tenham feito uma campanha.
- Estacionamento na Rua Júlio Esperança Brito – respeita a opinião dos Srs. Vereadores mas não “lavou as mãos”, senão deixava as coisas como estão. A humildade está em reconhecer que se errou e emendar e fazer melhor.
- Poda – estão em curso procedimentos para a poda e manutenção de espaços verdes em toda a cidade. A questão das ervas tem a ver com a proibição de utilização de herbicidas, e por isso têm que ser limpas todos os meses porque crescem rapidamente, quando antes só se fazia aos 6 meses.

- Fibra ótica em S. Pedro – a empresa começou a colocar a fibra e de repente aparecem os postes em diversos locais onde não existem infraestruturas enterradas. A Câmara entrou em contacto com eles e disse-lhes que onde houvesse infraestruturas enterradas tinham que as utilizar. Fizeram o respetivo pedido de ocupação da via pública, têm autorização e vão ter que o fazer. A ligação da rede era a 29 de março, mas agora não tem de memória o prazo para conclusão.
- Sobre os documentos que não enviou ao Sr. Vereador Aurélio (da Resinagem e da Valorlis), acha estranho, porque os validou, mas vai ver o que se passou.
- Estaleiros da Vieira – avançaram mais depressa do que tinha programado. A reparação dos telhados já foi adjudicada e as redes de gás e águas também já estão adjudicadas.

A Sr.ª Vereadora Célia Guerra respondeu o seguinte:

- Bilhetes da Casa da Cultura – a venda dos bilhetes do balcão feita só depois da venda da plateia tem que ver com a gestão do pessoal da sala.
A Sr.ª Vereadora Alexandra protestou.
- Época balnear – a Sr.ª Vereadora informou que já reuniu com as associações de S. Pedro e da Vieira e estão a preparar.
- Programa do 25 de Abril – tem-no aqui, mas não se tinha apercebido de que não tinha sido publicado, porque foi enviado para o Gabinete de Comunicação.
- SOM – no dia 15 de março reuniu com a direção, até às 19:30 horas, onde colocaram as questões que puseram no e-mail de pedido de reunião de 18 de março. Disse-lhes que ia pedir um parecer ao Gabinete Jurídico. A resposta veio esta semana, pelo que no fim da reunião gostaria de falar com todos os Srs. Vereadores sobre esse parecer.
- Motociclismo – vai ser apoiado e já se está a trabalhar nesse sentido.
- Postais – há muitos municípios que os vão buscar. Não vê qualquer problema na divulgação.
- Quadro-resumo – vai pedir para que seja colocado no site da CMMG.
- Cinema – pensava trazer hoje o processo, mas a jurista pediu mais um tempo, pelo que conta trazê-lo na próxima reunião.

A Sr.ª Presidente respondeu o seguinte:

- Falta de areia – está agendada uma reunião com a APA e também foi pedida uma reunião com o Ministro, para falar sobre a falta de areia e aquilo que a APA deve fazer em S. Pedro.
- A Sr.ª Vereadora Mêlina diz que a Presidente é responsável pela Proteção Civil, mas não tem competência para aquilo que é da responsabilidade da Polícia. É um direito do cidadão fazer queixa nas entidades que têm essa competência, que não é o caso relatado pelo Sr. Andrade.
Seguidamente a Sr.ª Presidente leu o documento do Sr. Andrade, onde se prova que a ameaça não foi feita em local camarário.
- Pedido de parecer à CCDD – a Câmara não fez a pergunta com o intuito de ter determinada resposta. Os concessionários, tal como já aqui informou, até foram à CCDD a uma reunião, onde ouviram a resposta.
Em relação à água, só com a alteração do regulamento municipal, de outro modo não é possível.

- Dossier sobre o mercado municipal – a Sr.^a Presidente informou a Sr.^a Vereadora Lara que pode marcar consigo uma reunião onde lhe mostrará todo o processo. Ainda no dia 5 de abril voltou a solicitar ao Vice-Presidente do Tesouro e Finanças resposta ao pedido de utilização da zona onde o mercado está atualmente. Ainda não obteve resposta.
- Ação de reflorestação – para que serviu? A Sr.^a Presidente informou que sempre que há uma ação a CMMG está presente. Os Srs. Vereadores também foram convidados, também poderiam lá ter ido e colocar as suas dúvidas. Esta ação teve que ver com a reflorestação de dois talhões financiados pela Fundação Aga Khan. Voltou-se a falar sobre a área não ardida. É realmente uma tristeza ver a situação provocada pelo Leslie, depois do incêndio. É uma situação com a qual a Câmara nunca se tinha defrontado. As madeiras estão a ser retiradas pelos madeireiros.
- Conservatórias – a Sr.^a Presidente leu o esclarecimento que fez sobre o assunto, onde se elenca todo o processo relativo às negociações referentes ao espaço cedido pela CMMG para instalação dos serviços do IRN. Está solidária com os trabalhadores do IRN da Marinha Grande, com a população que servem, e irá reunir-se com o representante do sindicato nos próximos dias. Espera que o processo avance e vai tornar público este esclarecimento para que não restem mais dúvidas sobre o processo.
- A Sr.^a Presidente informou que tem estado em contacto com a indústria vidreira e tem trabalhado com eles, ao contrário do que o Sr. Vereador Aurélio disse.
- Estradas das matas – a Sr.^a Presidente disse que está a articular este assunto com o ICNF e Secretário de Estado das Florestas.
- O Sr. Vereador Aurélio sugeriu que se juntem todas as áreas num só museu, a instalar no edifício da FEIS.
A Sr.^a Presidente disse que o espaço deverá ser dedicado à cultura. O Sr. Vereador Aurélio tem a sua opinião, mas entende que mais museus não, mas sim a instalação de polos universitários. Poderá depois analisar-se este assunto mais detalhadamente, mas como foi feita a proposta não quis deixar de referir a sua ideia.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A Sr.^a Presidente deu por terminado o período de antes da ordem do dia, interrompendo de seguida a reunião, para um breve intervalo, das 16:40 horas às 17:10 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

1. Aprovação da ata n.º 7, da reunião ordinária do dia 12 de março de 2019

235 - Presente a ata n.º 7, da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 12 de março de 2019, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho, por não ter estado presente na reunião.

GABINETE MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

2. Início do procedimento administrativo de elaboração do novo Regulamento Municipal de Uso do Fogo e de Limpeza de Terrenos - Constituição de interessados

236 - A Sr.ª Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

O Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro transferiu para as Câmaras Municipais competências dos Governos Cívicos em matéria consultiva, informativa e de licenciamento de atividades diversas, nomeadamente para a realização de fogueiras e queimadas.

O regime jurídico do licenciamento dessas atividades veio a ser aprovado pelo Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, que passou a atribuir às Câmaras Municipais competências em matéria de licenciamento, para a realização de fogueiras e queimadas. Contudo, o artigo 53.º deste diploma legal fez depender o regime do exercício destas atividades e a fixação das taxas devidas pelo seu licenciamento, de regulamentação municipal, a qual foi concretizada pelo "Regulamento sobre o Licenciamento das Atividades Diversas previstas no Decreto-Lei nº264/2002, de 25 de novembro, e no Decreto-Lei nº 310/2002, de 18 de dezembro - Transferência para as Câmaras Municipais de competências dos governos civis".

Após os incêndios florestais de 2003 verificou-se, a nível nacional, a necessidade de criar e implementar um conjunto de medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SNDFCI), que culminou com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 156/2004, de 30 de junho. O referido diploma foi revogado pelo Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, que passou a definir novas regras para a realização de queimadas (artigo 27.º), queimas de sobantes e realização de fogueiras (artigo 28.º) e foguetes e outras formas de fogo (artigo 29.º), diploma este, que foi posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, Decreto-Lei n.º 83/2014, de 23 de maio, Decreto-Lei n.º 10/2018, de 14 de fevereiro e o Decreto-Lei n.º 14/2019 de 21 de janeiro.

Este Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação, estrutura o Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios e introduz condicionalismos ao uso do fogo, pelo que se torna pertinente a clarificação de termos e conceitos, contribuindo para um esclarecimento da população sobre esta matéria, e para a adoção de medidas de segurança mais eficazes que visem aumentar a prevenção de incêndios florestais e a proteção de pessoas e bens.

Nesta senda, foi ainda publicada a Lei n.º 20/2009, de 12 de maio, que transferiu para os Municípios as atribuições em matéria de constituição e funcionamento dos gabinetes técnicos florestais, bem como outras no domínio da prevenção e da defesa da floresta, tais como a preparação e elaboração do quadro regulamentar respeitante ao licenciamento de queimadas e à autorização da utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos - alíneas j) e l) do art.º 2.º desta mesma Lei n.º 20/2009 - em cumprimento do previsto no mencionado Decreto-Lei n.º 124/2006.

No que se refere à limpeza de terrenos privados situados em espaços urbanos e/ou urbanizáveis constata-se, há anos, um vazio legal e regulamentar que urge sanar tendo em conta as inúmeras reclamações existentes nesta matéria e a ausência dos necessários instrumentos jurídicos que permitam ao Município adotar as medidas necessárias, adequadas e proporcionais, à segurança e proteção de pessoas e bens.

Importa realçar que o concelho da Marinha Grande tem cerca de dois terços do seu território ocupados com floresta que importa preservar e defender, implementando todas as necessárias e adequadas medidas e ações estruturais e operacionais de prevenção e proteção, quer no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Proteção da Floresta Contra Incêndios, quer no âmbito municipal mais restrito, para o que se revela de crucial relevância a elaboração de um regulamento municipal sobre a matéria.

Assim, tendo em vista o cumprimento de tais desideratos, a Câmara Municipal, ciente da importância da participação dos cidadãos e entidades interessadas no processo de produção de normas regulamentares, enquanto instrumento de discussão, consenso e adesão e, como tal legitimador das soluções finais que ficarão consagradas no novo regulamento delibera, ao abrigo da competência atribuída pelas alíneas j) e l) do art.º 2.º da Lei n.º 20/2009, de 12 de maio, conjugadas com a alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece, entre outros, o Regime Jurídico da Autarquias Locais (RJAL) e nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 98.º do CPA-Código do Procedimento Administrativo, dar início ao procedimento de elaboração do novo “Regulamento Municipal de Uso do Fogo e de Limpeza de Terrenos”, designando como responsável pela direção do procedimento o Eng.º Vasco Fernandes, do Gabinete Municipal de Proteção Civil.

Mais delibera fixar o prazo de 10 dias úteis a contar da publicitação desta deliberação no sítio institucional do Município, na Internet, para os interessados se constituírem como tal no procedimento e para apresentarem propostas ou contributos para a elaboração do citado regulamento, mediante requerimento dirigido à Presidente da Câmara Municipal e endereçado ou entregue pessoalmente no edifício sede da Câmara Municipal, sito na Praça Guilherme Stephens, 2430-522 Marinha Grande, ou enviado para o endereço eletrónico institucional geral@cm-mgrande.pt, no qual conste o nome completo, a morada ou sede e o respetivo endereço de correio eletrónico, caso exista, acompanhado do consentimento do seu uso, para os efeitos de notificação previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 112.º, do CPA.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA

OBRAS MUNICIPAIS

3. Empreitada de: Conservação e reabilitação de pavimentos na rede viária do Concelho - Concurso público n.º 21/2018 – Adjudicação

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu o seguinte:

“Ainda bem que foram adjudicadas estas reparações de ruas. Lamento que tenha demorado tanto tempo.

Estamos aqui a considerar apenas 7 item, que devem corresponder ao mesmo numero de ruas. Lamento que não tenhamos feito um ou mais concursos para muitas outras ruas que estão em estado lamentável. Realço o facto de haver 11 empresas que responderam ao concurso, logo estão disponíveis para efetuar estes trabalho.

O trabalho a realizar é de reparação completa da rua? Por exemplo a Rua dos Eucaliptos é para fazer a rua de ponta a ponta? E a reparação inclui tudo o que é devido, como exemplo: passeios, iluminação? Com 15.000€ não me parece que seja efetuada a reparação completa O mesmo para a Rua da Indústria Metalúrgica com 30.000€”.

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** informou que este procedimento prevê basicamente reparação de pavimentos, mas em nenhuma das ruas haverá intervenção no que está enterrado. No caso da Rua dos Eucaliptos são também retiradas raízes, há regularização de bermas, mas essencialmente são reparações de pavimentos em mau estado, embora de futuro possam necessitar de infraestruturas enterradas.

O **Sr. Vereador Aurélio e a Sr.ª Vereadora Alexandra** disseram que compreendem mas não concordam com esta opção.

A **Sr.ª Presidente** explicou a opção de pavimentar já e fazer as infraestruturas depois.

237 - A sr.ª Presidente apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente processo de concurso para adjudicação da empreitada “Conservação e reabilitação de pavimentos na rede viária do Concelho”, constituído por relatórios preliminar e final, propondo a adjudicação da empreitada ao concorrente Construções António Leal, SA, pelo valor de 155.750,40€ (cento e cinquenta e cinco mil, setecentos e cinquenta euros e quarenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e prazo de execução de 60 dias.

A Câmara Municipal, depois de analisar aqueles documentos, concordando com os fundamentos de fato e de direito dos mesmos, e tendo sido realizada audiência prévia, delibera adjudicar à proposta apresentada pelo concorrente Construções António Leal, SA, pelo valor de 155.750,40€ (cento e cinquenta e cinco mil, setecentos e cinquenta euros e quarenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor e prazo de execução de 60 dias, a empreitada de “Conservação e reabilitação de pavimentos na rede viária do Concelho”, de acordo com os artigos 148.º, 73.º n.º 1 e 36.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Mais delibera aprovar a minuta do contrato a celebrar, de acordo com o artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos.

Delibera ainda designar como diretora de fiscalização a eng.ª Sara Vidal, nos termos do artigo 344.º, n.º2, do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

APROVISIONAMENTO

4. P.A. N.º 112/2017-AP/DISU – “Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal”. Aprovação de serviços a menos e liberação de caução.

238 - Considerando que na sequência do P.A. n.º 112/2017-AP/DISU - Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal, foi celebrado o contrato n.º 122/2017 para o fornecimento de eletricidade em baixa tensão normal para a totalidade das instalações municipais, incluindo iluminação pública, com a empresa PH ENERGIA, LDA, NIF 513 239 731, no âmbito do qual foi prestada caução mediante apólice de seguro caução n.º 100018611/200 da COSEC - Companhia de Seguro de Créditos, S.A., no valor de 64.908,86 euros (sessenta e quatro mil e novecentos e oito euros e oitenta e seis centimos).

Considerando que a DQV - Divisão de Qualidade de Vida, através da informação SS.07.2019, informou que o contrato n.º 122/2017 - Fornecimento de energia elétrica em média tensão, Baixa Tensão Especial e baixa tensão normal, para o concelho da Marinha Grande, se encontra concluído, propondo a aprovação de serviços a menos, no valor de 173.694,40€ (c/ IVA incluído) e a liberação do respetivo seguro caução.

A Câmara Municipal, depois de analisado o processo, delibera:

- **proceder à aprovação de serviços a menos do P.A. n.º 112/2017-AP/DISU com o objeto de “Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal”, no montante de 173.694,40€, com IVA incluído à taxa legal em vigor, de acordo com o artigo 379.º, nº. 1 aplicável por remissão do artigo 454.º, n.º 6, ambos do Código dos Contratos Públicos.**
- **autorizar a liberação da caução prestada pelo co contratante PH ENERGIA, LDA no âmbito do P.A. N.º 112/2017-AP/DISU, no valor de 64.908,86 euros (sessenta e quatro mil e novecentos e oito euros e oitenta e seis centimos), de acordo com o artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

5. P.A. N.º 32/2019-AP/DDC – “Produção da 6.ª edição das festas da cidade” - Abertura de procedimento de contratação pública.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu o seguinte:

“Este valor de 220.000€ foi encontrado por consulta ao mercado. Agora pretende-se fazer um concurso público, mas quando definimos no concurso, por exemplo a forma do palco e o nome dos artistas não estamos a reduzir o conjunto de potenciais empresas que poderão responder ao concurso? Por outras palavras o concurso público não está feito à medida de alguém?”

Estamos a mês e meio do evento, sabendo que os concursos públicos demoraram sempre muito tempo, se este concurso não fosse já direcionado para um único concorrente, jamais seria possível adjudicar antes de 30 de maio.”

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** disse que não se está a fazer um concurso à medida. Foi feita uma pré reserva para o Município com estes artistas, e agora podem concorrer as empresas. O palco é aquele que foi decidido há alguns anos, porque se entendeu que era o ideal.

239 - Presente a informação I/677/2019 e a requisição interna n.º 26422/2019, dos serviços da DDC - Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, nas quais se manifesta a necessidade de se proceder à contratação da *“Produção da 6.ª edição das festas da cidade”*.

Presente o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos – Cláusulas Jurídicas, Cláusulas Técnicas, Anexos e minuta do anúncio.

Considerando que o preço base a aplicar ao procedimento de contratação pública é de 220.990 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução do objeto do contrato a celebrar e que o procedimento a adotar é o procedimento de concurso público, nos termos dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c) e artigo 20.º, n.º1, alínea b), para os efeitos do disposto no artigo 38.º, todos do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2019 a dotação para a assunção de despesa, no ano de 2019, para a contratação da *“Produção da 6.ª edição das festas da cidade”*, na classificação orgânica/económica 06/020220, ação do PAM 2018/A/148.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a contratação da *“Produção da 6.ª edição das festas da cidade”*, por os pagamentos inerentes ao serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2019, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que por despacho da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, foi emitido parecer prévio favorável à contratação dos *“Produção da 6.ª edição das festas da cidade”*, de acordo com o n.º 7 e 8 do artigo 63.º, da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a proposta da DDC - Divisão de Desenvolvimento e Cidadania, que se dá por reproduzida e que fica anexa à presente deliberação, de acordo com os artigos 16.º, n.º 1, alínea c) e artigo 20.º, n.º1, alínea b), 36.º, n.º1, 38.º, 40.º, n.º 2, 67.º, n.º 1 e 130.º, todos do Código dos Contratos Públicos, com o artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e com o disposto nas alíneas f) e dd) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias

Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibera:

- a) Tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) Adotar o procedimento de concurso público;
- c) Autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;
- d) Aprovar o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos – Cláusulas Jurídicas, Cláusulas Técnicas e a Minuta do Anúncio;
- e) Aprovar como critério de adjudicação a proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de avaliação do preço mais baixo, de acordo com o artigo 74.º, n.º 1, alínea b), do CCP e dispensar a aplicação de lotes, atenta a fundamentação da DDC na informação n.º I/677/2019, nos termos do artigo 46.º-A, n.º 2, do CCP;
- f) Designar o júri para conduzir o procedimento, com a seguinte composição:
 - Eleonora Nunes, Presidente;
 - Carmen Cruz, Vogal;
 - Helena Godinho, Vogal;
 - Cristina Simões, Vogal Suplente.
 - Nuno Silva, Vogal Suplente.
- g) Designar como gestoras do contrato, nos termos do artigo 290.º-A do CCP, as trabalhadoras Eleonora Nunes e Carmen Cruz.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

FINANÇAS E TESOUREARIA

6. Resumo de Tesouraria do dia 02 de abril de 2019

Presente o resumo da Tesouraria Municipal referente ao dia dois de abril de dois mil e dezanove, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **13.821.308,46€** (treze milhões, oitocentos e vinte e um mil, trezentos e oito euros e quarenta e seis cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

7. Notificação de aprovação da Candidatura PDCT - Centro de Saúde - Abertura de conta bancária

240 - Considerando que no dia 22 de junho de 2018 foi submetida a candidatura *“Requalificação do Centro de Saúde da Marinha Grande”* no âmbito do Aviso de Concurso n.º CENTRO-42-2017-02, nos termos do previsto no n.º 4 e n.º 6 do artigo 16.º do Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual, bem como do Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego.

Considerando que no dia 4 de fevereiro de 2019 a Câmara Municipal da Marinha Grande foi notificada da decisão de aprovação da candidatura nº CENTRO-05-4842-FEDER-000315 - *Requalificação do Centro de Saúde da Marinha Grande*, conforme documento em anexo.

Considerando que foi requerido comprovativo de titularidade da conta bancária, para efeitos dos pagamentos dos apoios financeiros concedidos.

Considerando que nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro “ (...) A abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro deste órgão em quem ele delegue (...)”.

A Câmara Municipal da Marinha Grande delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, autorizar a abertura de uma conta bancária na Caixa Geral de Depósitos com a designação “PDCT-CENTRO DE SAÚDE”, na qual serão efetuados todos os movimentos financeiros da candidatura aprovada, sendo intervenientes na movimentação da mesma:

- Cidália Maria Oliveira Rosa Ferreira, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, que substituirá a Presidente nas suas faltas e impedimentos;
- Paula Cristina Madeira da Silva Serra, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande;
- Janete Rato Fernandes, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

8. 5.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2019

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu o seguinte:

“Mais uma modificação orçamental de quase 500.000€. é o adulterar completamente o orçamento aprovado em Dezembro.”

A **Sr.ª Presidente** explicou a razão das verbas inscritas, e solicitou a presença da Chefe da Divisão Financeira, **Dr.ª Sandra Paiva**, que prestou os esclarecimentos técnicos.

241 - Presente proposta da 5ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2019, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

4.ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2019 no valor de 251.702,31 euros nos reforços e de 251.702,31 euros nas anulações.

4.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2019 no valor de 289.220,00 euros nos reforços e de 289.220,00 euros nas anulações.

4.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2019 no valor de 113.910,00 euros nos reforços e de 195.290,00 euros nas anulações.

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, **a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, delibera aprovar a 5.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2019, nos termos da alínea d), do nº 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA

OBRAS MUNICIPAIS

9. “Remodelação do Centro de Saúde da Marinha Grande - Concurso Público n.º 12/2018” – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra.

242 - Presente Plano de Segurança e Saúde, apresentado pela firma adjudicatária “CANAS - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA”, para a execução da obra “REMODELAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DA MARINHA GRANDE”.

Presente informação da DQV, com a ref.ª PG05/2019, que atesta a conformidade do Plano de Segurança e Saúde apresentado à estrutura estipulada no ponto 2. do art. 11º do Decreto - Lei N.º 273/03, de 29 de outubro, e às restantes exigências legais aplicáveis.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.ª PG05/2019, que fica anexa e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera aprovar o Plano de Segurança e Saúde para a execução da empreitada designada por “REMODELAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DA MARINHA GRANDE”, adjudicada à firma “CANAS - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA”, ao abrigo do disposto no art. 12º, n.º 1, do Decreto – Lei N.º 273/03, de 29 de outubro.

Mais delibera designar como Coordenador de Segurança o técnico Pedro Gomes, de acordo com o artigo 9º n.º 2 do Decreto – Lei N.º 273/03, de 29 de outubro.

A deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

10. “Rede de Saneamento de águas residuais domésticas da Amieira e Charneca da Amieira-Fase 4 – CP n.º 19/2017” – Aprovação suspensão dos trabalhos.

243 - Presente informação da DQV, com ref.ª LS-16.2019, propondo a aprovação da suspensão da empreitada de “REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DA AMIEIRA E CHARNECA DA AMIEIRA - FASE 4”, nomeadamente das atividades relativas à aplicação de uma camada de desgaste na totalidade da faixa de rodagem dos arruamentos referidos e marcações rodoviárias, devido à necessidade de

remodelação da rede de abastecimento de água existente na Rua dos Bentos e Rua do Pontel.

Assim, apreciada a informação com ref.^a LS-16.2019, que fica anexa e que aqui se dá por integralmente reproduzida, a Câmara delibera aprovar a suspensão da empreitada designada por “**REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DA AMIEIRA E CHARNECA DA AMIEIRA - FASE 4**”, adjudicada à empresa “**CONSTRUÇÕES ANTÓNIO LEAL, SA**”, por um período de 283 dias, com efeitos a partir do dia 27 de junho de 2018, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 297º do CCP, por “impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora do contraente público na entrega ou na disponibilização de meios ou bens necessários à respetiva execução”.

A deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

11. “Reabilitação/ampliação da Escola Básica da Moita - CP n.º 05/2018” – Suspensão parcial dos trabalhos.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu o seguinte:

“Foi adjudicada em julho, só consignaram em outubro, com um prazo de 9 meses, era para realizar durante todo o ano letivo e terminar em Julho.

*Agora foi detetado que no projeto estava **omisso em relação às paredes interiores e exteriores**. Como é possível fazer um projeto e não definir as paredes? E a camara não analisa e verifica o projeto? E a fiscalização não deteta que faltam paredes?*

Parece impossível, que estejamos em obra numa escola com as crianças em volta e em vez de apressarmos o fim das obras, vamos suspender-las quase quatro meses.

O vereador Caetano responsável pelas obras está tranquilo com estas situações, mas as crianças e a comunidade escolar na Moita é que sofrem as consequências.”

O Sr. Vereador Carlos Caetano explicou que se tratou de uma área específica e que esta paragem não fez a obra atrasar estes dias porque continuou.

244 - Presente informação da DQV, com a ref.^a LF-2019/01, propondo a aprovação da suspensão parcial dos trabalhos da empreitada identificada em epígrafe.

Assim, apreciada a informação com a ref.^a LF-2019/01, que fica anexa e aqui se dá por reproduzida, a Câmara delibera aprovar a suspensão parcial dos trabalhos da empreitada de “**REABILITAÇÃO/ AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DA MOITA**”, adjudicada à firma **ARLINDO LOPES DIAS, UNIPESSOAL, L.DA**, nomeadamente dos trabalhos na “**zona a ampliar**” da Escola Básica, subsequentes à atividade das alvenarias, por um período estimado de 106 dias, com efeitos a partir de 15 de janeiro de 2019, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 297º do CCP, por “impossibilidade temporária de cumprimento do contrato”, dada a ausência de aprovação dos trabalhos complementares.

A deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

12. “Requalificação da Rua da Vitória - CP n.º 13/2018” – Suspensão parcial dos trabalhos.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu o seguinte:

“Aqui temos outro exemplo da falta de planeamento e conversa previa com os munícipes para satisfazer as necessidades deles. É fundamental que se perceba que as obras são necessárias, mas são para servir os cidadãos, por isso devem ser escutados. Se têm ouvido os munícipes antes, evitariam esta suspensão de 3 meses. Esperemos que agora as alterações vão ao encontro das necessidades dos munícipes antes de avançarem com as obras.”

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** explicou que alguns dos trabalhos complementares resultam da intervenção e do pedido dos moradores e do Agrupamento de Escolas, e outros resultaram de correções no decurso da obra.

245 - Presente informação da DQV, com ref.^a smv/08/2019, propondo a aprovação da suspensão parcial da empreitada de “REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA VITÓRIA”, adjudicada à firma Matos & Neves, L.da, devido à necessidade de aprovar trabalhos complementares, em resposta a diversas questões colocadas no decurso da obra, e também à necessidade de avaliar soluções alternativas à preconizada no projeto inicial para o espaço público contíguo ao estabelecimento escolar.

Assim, apreciada a informação com ref.^a smv/08/2019, que fica anexa e que aqui se dá por integralmente reproduzida, a Câmara delibera aprovar a suspensão parcial da empreitada designada por “REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA VITÓRIA - CP 13/18”, adjudicada à firma Matos & Neves, L.da, designadamente:

a) artigos 1.3.2.9 e 1.3.2.10, respeitantes aos pavimentos betuminosos no Beco e Travessa da Rua da Vitória, por um período estimado de 90 dias, com efeitos a partir do dia 6 de fevereiro de 2019, ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 297º do CCP, por “impossibilidade temporária de cumprimento do contrato”, dada a ausência de aprovação dos trabalhos complementares;

b) Capítulo 1.3 Pavimentação, Capítulo 1.4 Arranjos exteriores e Capítulo 2. - Sinalização e segurança, no troço de obra compreendido entre o perfil 11 e o perfil 14, por um período estimado de 60 dias, com efeitos a partir de 15 de março de 2019, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 365º, do CCP, devido à “necessidade de estudar alterações a introduzir ao projeto”, em particular, a solução do espaço público contíguo ao estabelecimento escolar.

A deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

13. Requalificação da Rua da Vitória - Concurso público n.º 13/2018 - Aprovação de trabalhos complementares

246 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente informação com referência CS/12/2019, de 25 de fevereiro, que se dá por integralmente reproduzida, na qual se propõe a aprovação de trabalhos complementares, a preços de contrato e preços acordados, no âmbito da empreitada de “Requalificação da rua

da Vitória”, no valor, respetivamente, de 4.109,10€ (quatro mil, cento e nove euros e dez cêntimos), e de 5.036,00€ (cinco mil e trinta e seis euros) e um prazo de execução de 15 dias.

Assim, a Câmara Municipal, em conformidade com o proposto pelos serviços e nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e dos artigos 370.º, 373.º, 374.º e 378.º, todos do Código dos Contratos Públicos, no âmbito do contrato de empreitada de “Requalificação da rua da Vitória”, em que é cocontratante a empresa Matos & Neves, Ld.ª delibera aprovar:

- a) **Trabalhos complementares a preços contratuais, no valor de 4.109,10€ (quatro mil, cento e nove euros e dez cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor;**
- b) **Trabalhos de complementares a preços acordados, no valor de 5.036,00€ (cinco mil e trinta e seis euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor;**
- c) **A fixação do prazo de execução em 15 dias e a consequente prorrogação do prazo de execução inicial da empreitada pelo mesmo período de tempo;**
- d) **A minuta do contrato adicional a celebrar.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

14. “Requalificação e eficiência energética da Piscina Municipal de Vieira de Leiria - Concurso público n.º 06/2018 - Não receção provisória

247 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente Auto de Não Receção provisória da obra “Requalificação e eficiência energética da Piscina Municipal de Vieira de Leiria - Concurso público n.º 06/2018”, adjudicada por deliberação de Câmara, de 02 de abril, de 2018, à empresa “SGCOIN, SA”, pelo valor de 329.417,38 € (trezentos e vinte e nove mil, quatrocentos e dezassete euros e trinta e oito cêntimos).

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra não se encontra em condições de ser recebida provisoriamente, nomeadamente por a porta de entrada principal necessitar de reparação de um vão fixo, delibera aprovar o auto supra referido de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 395.º, do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

15. “Requalificação e eficiência energética da Piscina Municipal de Vieira de Leiria - Concurso público n.º 06/2018 - Receção provisória

248 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente Auto de Receção provisória da obra “Requalificação e eficiência energética da Piscina Municipal de Vieira de Leiria - Concurso público n.º 06/2018”, adjudicada por deliberação de Câmara, de 02 de abril, de 2018, à empresa “SGCOIN, SA”, pelo valor de

329.417,38 € (trezentos e vinte e nove mil, quatrocentos e dezassete euros e trinta e oito cêntimos).

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que os trabalhos foram executados de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber provisoriamente os trabalhos supra enunciados, de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 395º. do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

16. “Rede de Saneamento no Lugar de Passagem - Vieira de Leiria - 2ª Fase” Concurso Público nº 04/2011 - Receção Definitiva

249 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Rede de Saneamento no Lugar de Passagem - Vieira de Leiria - 2ª Fase” Concurso Público nº 04/2011, adjudicada por deliberação de Câmara, de 23 de novembro de 2011, à Transbarqueiro- Transportes, Lda.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber definitivamente a obra antes anunciada, de acordo e para os efeitos do previsto no art.º 398º do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

17. Reabilitação dos espaços exteriores - Escola de Casal de Malta - Concurso público n.º 01/2019. Aprovação de mapa de trabalhos e quantidade final. Prorrogação de prazo. Ratificação de despacho

250 - A Sr.ª Presidente apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente despacho n.º 99/2019, com o seguinte teor:

“Presente informação da DGT, com referência IA 07/2019, de 29 de março, que se dá por integralmente reproduzida, na qual se apreciam, um pedido de esclarecimentos e uma lista de erros e omissões apresentadas e se aceitam alguns dos erros e omissões identificados pelos interessados a aditar ao projeto de execução.

Considerando que o prazo de apresentação de propostas continua a correr, independentemente da tomada de decisão sobre a lista de erros e omissões e que a ausência de resposta implica a sua rejeição;

Tendo em conta que a apresentação de listas de erros e omissões pelos interessados constitui um dever e representa uma forma de participação na definição objetiva e rigorosa dos termos do projeto de execução e da sua conformidade com a obra a realizar;

Atendendo a que estas listas têm ainda um propósito de controlo de custos prevenindo eventuais acréscimos futuros de trabalhos na execução da obra;

Considerando que a realização da obra é urgente em função dos propósitos constantes da respetiva memória descritiva;

Decido, de acordo com os artigos 50.º e 64.º, n.º 1, n.º 2 e n.º 4, do Código dos Contratos Públicos e de acordo com os artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

A) Aprovar o mapa de trabalhos e quantidades final;

B) Prorrogar por quinze dias o prazo fixado para a apresentação das propostas, a contar da data de publicação do aviso no Diário da República;

O presente despacho deve ser ratificado pela Câmara Municipal na sua próxima reunião.”

Assim, a Câmara Municipal delibera ratificar o despacho n.º 99/2019, de acordo com os artigos 33.º, n.º 1. al. f) e 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

18. Requalificação Arquitetónica e energética do Edifício da Biblioteca Municipal – Concurso Público n.º 10/2019 - Ratificação de despacho

251 - A Sr.^a Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente Despacho nº 100/2019, de 01 de Abril, da Sr.^a Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor integral:

Presente informação da DGT, com referência MF-12-2019, de 28 de março, que se dá por integralmente reproduzida, na qual se apreciam os pedidos de esclarecimentos e as listas de erros e omissões apresentadas, e propõe a aprovação de um novo mapa de quantidades final, a aprovação de novas peças desenhadas, a aditar ao projeto de execução.

Considerando que o prazo de apresentação de propostas continua a correr, independentemente da tomada de decisão sobre a lista de erros e omissões e que a ausência de resposta implica a sua rejeição;

Tendo em conta que a apresentação de listas de erros e omissões pelos interessados constitui um dever e representa uma forma de participação na definição objetiva e rigorosa dos termos do projeto de execução e da sua conformidade com a obra a realizar;

Atendendo a que estas listas têm ainda um propósito de controlo de custos prevenindo eventuais acréscimos futuros de trabalhos na execução da obra;

Considerando que a realização da obra é urgente em função dos propósitos constantes da respetiva memória descritiva;

Decido, de acordo com os artigos 50.º e 64.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos e de acordo com os artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

A) Aprovar o mapa de trabalhos anexo, as novas peças desenhadas rectificativas; 4-Mapa de vãos 1; 5-Mapa de vãos 2; PD03-ELE-BMG e PD04-ELE-BMG, nos termos propostos e que as mesmas sejam publicitadas junto de todos os interessados.

B) A disponibilização em plataforma eletrónica das peças desenhadas corrigidas e mapa de trabalhos retificado e notificação desse facto, nos termos do n.º 8 do artigo 50º do CCP, a todos os interessados que tenham adquirido as peças do presente procedimento.

O presente despacho deve ser ratificado pela Câmara Municipal na sua próxima reunião.

A Câmara Municipal, de acordo com os artigos 33.º, n.º1, alínea f) e artigo 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera ratificar o despacho transcrito.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

19. Requalificação Rua Nova Moinho de Cima e infraestruturas saneamento dos arruamentos adjacentes - Concurso público nº 22/2016

252 - Presente despacho da presidente da Câmara, proferido a 28 de dezembro de 2018 e deliberação de Câmara de 14 de Janeiro de 2019, que aprovou, no âmbito do contrato de empreitada de “REQUALIFICAÇÃO RUA NOVA MOINHO DE CIMA E INFRAESTRUTURAS SANEAMENTO DOS ARRUAMENTOS ADJACENTES”, verificou-se que ambos contêm incorreção quanto ao título da empreitada, designadamente na menção do ano do procedimento.

Os erros materiais na expressão da vontade do órgão administrativo, quando manifestos, como é o caso, podem ser retificados a todo o tempo, pelo órgão competente, para a revogação do ato, com efeitos retroativos, em conformidade com o artigo 148.º, do Código do Procedimento Administrativo.

A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 35.º n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, retificar a deliberação de 14 de janeiro de 2019 e Despacho n.º 639/2018 de 28 de dezembro, nos seguintes termos:

Onde se lê “22/2018” deve ler-se “22/2016”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

20. Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira - Fase 1 - Concurso público n.º 14/2019. Deliberação Inicial

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira questionou o seguinte:

“A Fase 1 abrange que ruas?

E o término da Rua José da Silva Roque quando é feita?

O Sr. Vereador Carlos Caetano explicou o projeto e as ruas abrangidas pela fase 1.

253 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente informação com a ref.ªCS/18/2019 e projeto de execução, cuja coordenação foi assegurada pela Divisão de Gestão do Território, composto por peças desenhadas e peças escritas, nomeadamente projeto de execução, memória descritiva e justificativa, caderno de encargos (cláusulas técnicas cláusulas gerais), programa de procedimento, plano de segurança e saúde, mapa de quantidades e orçamento, plano de prevenção e gestão de resíduos referentes à obra em epígrafe.

O preço base do concurso é de 209.285,03 euros e o prazo de execução é de 90 dias.

A Câmara Municipal, nos termos conjugados dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 19.º, alínea b), 36.º, n.º 1, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

- a) tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) escolher o procedimento de concurso público, em função do valor estimado do contrato, de acordo com o orçamento que integra o projeto de execução;
- c) autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato;
- d) aprovar as peças do procedimento (programa do procedimento, caderno de encargos, projeto de execução e minuta do anúncio), que passam a integrar o processo administrativo;
- e) designar o júri que conduzirá o procedimento, com a seguinte composição: Eng^a Cristina Silva (Presidente), Arq^a Isabel Alves (Vogal), Eng^a Maria João Oliveira (Secretária) e como suplentes Eng^o Rui Vicente e Arq^o Miguel Figueiredo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

21. CP - 14/2018 - “Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e rede viária da saída norte da ZIMG - Fase 01” - Reclamação da Minuta de contrato a celebrar - proposta de aceitação

254 - Presentes os seguintes documentos:

- informação nº I/697/2019
- 2ª reclamação da Adjudicatária face à minuta de contrato a celebrar
- Deliberação de Câmara proferida na reunião ordinária de 12 de março de 2019;
- Ofício enviado à Adjudicatária comunicando a procedência da reclamação e o deferimento da mesma e respetiva minuta de contrato;
- minuta de contrato a celebrar

Por deliberação camarária de 12 de março de 2019 foi aceite a reclamação da minuta do contrato apresentada pela adjudicatária quanto à cláusula de Revisão de Preços bem como à redação “ A revisão de preços do contrato será efetuada nos termos do Decreto-lei nº 06/2004, de 06 de janeiro e demais legislação aplicável, adotando-se, para o efeito o método da formula do tipo obras F10 - Estradas, com o reajustamento proposto pela Adjudicatária” quanto à clausula de revisão de preço a constar na minuta do contrato a celebrar.

Aquando da alteração da minuta de contrato em conformidade com a deliberação acima mencionada, inscreveu-se, por lapso, a redação “A revisão de preços do contrato será efetuada nos termos do Decreto-lei nº 06/2004, de 06 de janeiro e demais legislação aplicável, adotando-se, para o efeito o método da fórmula do tipo obras F10 - Estradas, reajustada à estrutura de custos da empreitada”.

Notificada a entidade, vem a mesma apresentar a reclamação em anexo e que aqui se dá por reproduzida.

Tratando-se de um lapso de redação, como acima se identificou, o mesmo deve ser corrigido em conformidade com a deliberação tomada pelo órgão competente em 12 de março pp.

Nos termos do artº 96º, nº 1, j), CCP, propõe-se a seguinte de redação, por se entender que melhor traduz a determinação do código bem como evidencia a proposição da entidade, apresentada em devido tempo, em matéria de revisão de preços:

---- A revisão de preços do contrato será efetuada nos termos do Decreto-lei nº 06/2004, de 06 de janeiro e demais legislação aplicável, adotando-se, para o efeito o método da fórmula do tipo obras F10 - Estradas, com o reajustamento proposto pelo cocontratante, conforme a seguir se descreve:

Índice	a	M03	M15	M18	M20	M21	M22	M24	M30	M32	M35	M45	M48	M49	M50	c	d
(1)	0,17	0,14	0,02	0,12	0,02	0,01	0,09	0,01	0,02	0	0,02	0,01	0,01	0,01	0	0,25	0,10
(2)	0,17	0,14	0,02	0,08	0,02	0,01	0,09	0,01	0,02	0,03	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,25	0,10

(1) – Fórmula do caderno de encargos F10 (estradas)

(2) - Fórmula do caderno de encargos F10 (estradas) ajustada à estrutura de custos da empreitada

M18 – Betumes a granel

M32 – Tubo de PVC

M50 – Tubos e acessórios de ferro fundido e aço

A Câmara Municipal, depois de analisar os documentos, delibera aprovar a minuta do contrato a celebrar, nos termos do artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, que se dá por integralmente reproduzida.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

22. CP - 15/2018 - “Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e rede viária da saída norte da ZIMG - Fase 02” - Reclamação da Minuta de contrato a celebrar - proposta de aceitação

255 - Presentes os seguintes documentos:

- informação nº I/696/2019
- 2ª reclamação da Adjudicatária face à minuta de contrato a celebrar
- Deliberação de Câmara proferida na reunião ordinária de 12 de março de 2019;
- Ofício enviado à Adjudicatária comunicando a procedência da reclamação e o deferimento da mesma e respetiva minuta de contrato;
- minuta de contrato a celebrar

Por deliberação camarária de 12 de março de 2019 foi aceite a reclamação da minuta do contrato apresentada pela adjudicatária quanto à cláusula de Revisão de Preços bem como à redação “ A revisão de preços do contrato será efetuada nos termos do Decreto-lei nº 06/2004, de 06 de janeiro e demais legislação aplicável, adotando-se, para o efeito o método da formula do tipo obras F10 - Estradas, com o reajustamento proposto pela Adjudicatária” quanto à clausula de revisão de preço a constar na minuta do contrato a celebrar.

Aquando da alteração da minuta de contrato em conformidade com a deliberação acima mencionada, inscreveu-se, por lapso, a redação “A revisão de preços do contrato será efetuada nos termos do Decreto-lei nº 06/2004, de 06 de janeiro e demais legislação

aplicável, adotando-se, para o efeito o método da fórmula do tipo obras F10 - Estradas, reajustada à estrutura de custos da empreitada”.

Notificada a entidade, vem a mesma apresentar a reclamação em anexo e que aqui se dá por reproduzida.

Tratando-se de um lapso de redação, como acima se identificou, o mesmo deve ser corrigido em conformidade com a deliberação tomada pelo órgão competente em 12 de março pp.

Nos termos do artº 96º, nº 1, j), CCP, propõe-se a seguinte de redação, por se entender que melhor traduz a determinação do código bem como evidencia a proposição da entidade, apresentada em devido tempo, em matéria de revisão de preços:

---- A revisão de preços do contrato será efetuada nos termos do Decreto-lei nº 06/2004, de 06 de janeiro e demais legislação aplicável, adotando-se, para o efeito o método da fórmula do tipo obras F10 - Estradas, com o reajustamento proposto pelo cocontratante, conforme a seguir se descremina:

2. FÓRMULA DE REVISÃO DE PREÇOS PROPOSTA

Índice	a	M03	M15	M18	M20	M21	M22	M24	M30	M32	M35	M45	M48	M49	M50	c	d
(1)	0,17	0,14	0,02	0,12	0,02	0,01	0,09	0,01	0,02	0	0,02	0,01	0,01	0,01	0	0,25	0,10
(2)	0,17	0,06	0,02	0,10	0,02	0,01	0,09	0,01	0,02	0,10	0,02	0,01	---	0,01	0,01	0,25	0,10

(1) – Fórmula do caderno de encargos F10 (estradas)

(2) - Fórmula do caderno de encargos F10 (estradas) ajustada à estrutura de custos da empreitada

M03 - Inertes

M18 – Betumes a granel

M32 – Tubo de PVC

M48 – Produtos para ajardinamento

M50 – Tubos e acessórios de ferro fundido e aço

A Câmara Municipal, depois de analisar os documentos, delibera aprovar a minuta do contrato a celebrar, nos termos do artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, que se dá por integralmente reproduzida.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

23. Requalificação dos Blocos L/M de habitação social e dos 36 fogos - Casal de Malta – Marinha Grande – Concurso público n.º 11/2019. Deliberação inicial

256 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente informação com a ref.^a MA/12/2019 e projeto de execução, cuja coordenação foi assegurada pela Divisão de Gestão do Território, composto por peças desenhadas e peças escritas, nomeadamente projeto de execução, memória descritiva e justificativa, caderno de encargos (cláusulas técnicas cláusulas gerais), programa de procedimento, plano de segurança e saúde, mapa de quantidades e orçamento, plano de prevenção e gestão de resíduos referentes à obra em epígrafe.

O preço base do concurso é de 941.883,20 euros e o prazo de execução é de 450 dias.

A Câmara Municipal, nos termos conjugados dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 19.º, alínea b), 36.º, n.º 1, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

- a) tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) escolher o procedimento de concurso público, em função do valor estimado do contrato, de acordo com o orçamento que integra o projeto de execução;
- c) autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato;
- d) aprovar as peças do procedimento (programa do procedimento, caderno de encargos, projeto de execução e minuta do anúncio), que passam a integrar o processo administrativo;
- e) designar o júri que conduzirá o procedimento, com a seguinte composição: Arq^a Margarida Abraúl (Presidente), Arq^o Miguel Figueiredo (Vogal), Arq^o Mauro Oliveira (Secretário) e como suplentes Arq^a Isabel Alves e Eng^a Cristina Silva.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

BALCÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE

24. Isenção do pagamento de taxas

257 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

A Associação Social Cultural e Desportiva de Casal Galego, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído para a realização de Karaoke, no dia 20 de abril de 2019.
- Licença especial de ruído para a realização de Karaoke, no dia 04 de maio de 2019.
- Licença especial de ruído para a realização de Karaoke, no dia 18 de maio de 2019.
- Licença especial de ruído para a realização de Karaoke, no dia 15 de junho de 2019.

O Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído para a realização do IV Torneio da Liberdade, a realizar no dia 25 de abril de 2019.

- Autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas.

Presente as informações nº 24/CS, 25/CS, 26/CS, 27/CS e 28/CS de 02 de abril de 2019, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Associação Social Cultural e Desportiva de Casal Galego e o Agrupamento de Escolas de Marinha Grande Poente do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído e da autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO

25. Proposta de suspensão parcial do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande e estabelecimento de medidas preventivas - Santos Barosa Vidros S.A.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira colocou as seguintes questões:

“O PDM está em revisão desde 2013. Em que situação estamos? Qual é o estado em se encontra, depende de quem? do gabinete contratado? da CMMG? da Chefe de divisão?

Têm reunido com a comissão de acompanhamento?

É incompreensível este atraso, se não há recursos técnicos suficientes na CM, o que está a ser feito para colmatar esta dificuldade? Praticamente todos os municípios em nosso redor entraram na era digital, aqui a justificação é porque estamos dependentes da revisão do PDM...o que se passa afinal?”

258 - Presente informação técnica datada de 01-04-2019, identificativa do local da execução da obra, servidões administrativas e indicação da norma do PDMMG violada.

Presente informação jurídica sobre o assunto, datada de 03-04-2019, sobre a qual recaiu parecer de concordância da chefe da Divisão de Gestão do Território, datado de 03-04-2019, e despacho do Sr. Vereador do Urbanismo, da mesma data.

A Câmara Municipal analisou o pedido apresentado pela sociedade Santos Barosa - Vidros, S.A., com sede na Rua Santos Barosa, Freguesia e Concelho da Marinha Grande e concordando com os fundamentos de facto e de direito da informação jurídica que apreciou o assunto, que se dá aqui por integralmente reproduzida e se anexa, delibera, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 126.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJGT), propor, à Assembleia Municipal, a suspensão parcial do Plano Diretor Municipal (PDMMG), numa área de 54.395,4 m², localizada na Rua dos Cortiços, Picassinos, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, a Sul da via férrea da linha do Oeste, devidamente identificada em planta, que igualmente se anexa, de modo a viabilizar a construção de um edifício de armazenamento do produto final, proveniente da unidade industrial propriedade da sociedade Santos Barosa, S.A., bem como as infraestruturas que lhe andam associadas.

Mais delibera propor àquele órgão deliberativo o estabelecimento de medidas preventivas, cujo texto normativo consta, igualmente, da já mencionada informação jurídica, em consequência da suspensão parcial do PDMMG, tal como preceitua o n.º 7 do já citado artigo 126.º.

A proposta de suspensão é, nos termos do n.º 3 do referido artigo 126.º, objeto de parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, pelo que a presente deliberação e respetiva informação jurídica devem ser remetidas para essa entidade, antes da presente proposta ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

26. CP 05/2018 - “Requalificação/ampliação da Escola Básica da Moita” - aprovação de trabalhos complementares e prorrogação de prazo da empreitada em 30 dias

259 - Presente Informação com referência MA/03/2019, de 22 de janeiro de 2019, que se dá por integralmente reproduzida, relativa à empreitada de “requalificação /Ampliação da Escola Básica da Moita”, adjudicada à empresa ARLINDO LOPES DIAS UNIPessoal, LDA, na qual se propõe:

- a aprovação de trabalhos complementares de natureza não prevista, a preços acordados no valor de 6.950,16 euros (seis mil novecentos e cinquenta euros e dezasseis cêntimos) acrescidos de IVA à taxa de 6%, de acordo com a alínea a) e b) do nº1 e 2 do artigo 370º do Código dos Contratos Públicos (CCP);
- a prorrogação do prazo da empreitada em 30 dias seguidos;
- a notificação ao empreiteiro para apresentação de plano de trabalhos atualizado em conformidade com o disposto no nº3 do artigo 361º do CCP.

A Câmara Municipal delibera, nos termos da alínea f) do nº1 do artigo 33º da lei 75/2013, de 12 de setembro em conjugação com a alínea b) do nº 18º de Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de junho, na sua atual redação e artigos 370º, nº4; do artigo 374º; nº3 do artigo 361, todos do Código dos Contratos Públicos, no âmbito da empreitada de “Requalificação /Ampliação da escola Básica da Moita”:

- aprovar de trabalhos complementares de natureza não prevista, a preços acordados no valor de 6.950,16€, seis mil novecentos e cinquenta euros e dezasseis cêntimos)

acrescidos de IVA à taxa de 6%, de acordo com a alínea a) e b) do artigo 370º do Código dos Contratos Públicos (CCP);

- prorrogar o prazo da empreitada em 30 dias seguidos;
- notificar o empreiteiro para apresentação de plano de trabalho atualizado em conformidade com disposto no nº3 do artigo 361º do CCP;
- aprovar a minuta de contrato adicional a celebrar, em anexo

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

27. Pedido para colocação de um sinal de Proibição de Trânsito a pesados na Rua da Charnequinha - Moita.

260 - Presente pedido com o registo n.º E/2972/2019, em que é solicitada a colocação de um sinal de trânsito proibido a pesados na rua da Charnequinha - Moita.
Presente informação técnica LC/14/2019 de 1-4-2019, sobre o assunto.

Na sequência do pedido com registo n.º E/2972/2019, para colocação de um sinal de trânsito proibido a pesados, na rua da Charnequinha - Moita, bem como da solução técnica apresentada na informação dos serviços camarários LC/14/2019 de 1-4-2019, que se dá aqui por integralmente reproduzida e se anexa, a Câmara Municipal delibera ao abrigo da alínea rr) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:

Colocar um sinal de trânsito proibido a pesados C3b, junto ao entroncamento da rua da Charnequinha com a rua 10 de Junho, conforme estabelecido nos artigos 34.º e 46.º respetivamente do Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de Outubro, um sinal de trânsito proibido a pesados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

28. Pedido para revisão da sinalética existente e colocação de estacionamento para cargas e descargas no Largo dos Combatentes da Grande Guerra em Vieira de Leiria

261 - Presente pedido com o registo n.º E/2141/2019, em que é solicitada a revisão da sinalética existente e colocação de estacionamento para cargas e descargas, no Largo dos Combatentes da Grande Guerra - Vieira de Leiria.
Presente informação técnica LC/12/2019 de 15-3-2019, sobre o assunto.

Na sequência do pedido com registo n.º E/2141/2019, para revisão da sinalética existente e colocação de estacionamento para cargas e descargas no Largo dos Combatentes da Grande Guerra - Vieira de Leiria, bem como da solução técnica apresentada na informação dos serviços camarários LC/12/2019 de 15-3-2019, que se dá aqui por integralmente reproduzida e se anexa, a Câmara Municipal delibera ao abrigo da alínea rr) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:

Indeferir o pedido de revisão da sinalética existente, por esta se encontra devidamente colocada e colocar um sinal de estacionamento autorizado H1a e um painel adicional M10b - Cargas e Descargas, conforme estabelecido nos artigos 34.º e 46.º, respetivamente, do Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, um lugar para

cargas e descargas no largo dos Combatentes da Grande Guerra próximo ao edifício da junta de freguesia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

29. Aprovação dos Projetos de Arquitetura e Especialidades para a “Requalificação dos Blocos L/M de Habitação Social e dos 36 Fogos - Casal de Malta - Marinha Grande - Projetos de Execução – Aprovação

262 - Presente informação n.º MA/08/2019, da Divisão de Gestão do Território, datada de 26 de março de 2019, que se dá por integralmente reproduzida e fica anexa, propondo a aprovação dos Projetos de Execução de ARQUITETURA E ESPECIALIDADES PARA A REQUALIFICAÇÃO TOTAL DO EDIFÍCIO FORMADO PELOS BLOCOS L/M.

O projeto de execução assegura o cumprimento integral das disposições contidas no Código de Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual de encontra-se devidamente instruído nos termos da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho.

Deste modo, a Câmara Municipal analisou a informação anexa e todos os elementos apresentados, e delibera, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar os projetos de execução para a “REQUALIFICAÇÃO DOS BLOCOS L/M DE HABITAÇÃO SOCIAL E DOS 36 FOGOS - CASAL DE MALTA - MARINHA GRANDE”, sito na Avenida da Liberdade, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta, antes do ponto 23 da ordem do dia.

GESTÃO URBANÍSTICA

30. Req.º nº 522/19, datado de 19/03/2019 - Proc.º n.º 41/18, datado de 09/02/2018 - Lino Marques Afonso - Cabeça de Casal da Herança de

263 - Presentes requerimentos n.º 244/18, n.º 48/19 e n.º 522/19 registados em 2018/02/09, 2019/02/09 e 2019/03/19, respetivamente, subscritos por **Lina Maria Henriques Afonso Rodrigues**, com o NIF 210337699 na qualidade de Cabeça-de-Casal da herança aberta por óbito de **Lino Marques Afonso**, com o NIF 742033384, com poderes de representação conferida por procuração a **Marisa Sofia dos Santos Dinis**, residente na Travessa Wenceslau de Moraes, n.º 4 - 1ªA, Leiria, constantes do processo camarário n.º 41/18, registado em 2018/02/09, referente ao pedido de **licenciamento (legalização) da obra de alteração de edifício com dois fogos de habitação e (legalização) da obra de construção de três anexos**, erigidos no prédio urbano sito na Rua de Leiria, n.ºs 18 e 20, lugar de Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 6776-P, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4600.

Presente parecer técnico datado de 2019/02/14, favorável a tomada de decisão sobre a componente arquitetura.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

- DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura do processo camarário n.º 41/18, registado em 2018/02/09, referente ao pedido de licenciamento (legalização) da obra de alteração de edifício com dois fogos de habitação e (legalização) da obra de construção de três anexos, erigidos no prédio urbano sito na Rua de Leiria, n.ºs 18 e 20, lugar de Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 6776-P, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4600, apresentado por Lina Maria Henriques Afonso Rodrigues, com o NIF 210337699 na qualidade de Cabeça-de-Casal da herança aberta por óbito de Lino Marques Afonso, com o NIF 742033384, com poderes de representação conferida por procuração a Marisa Sofia dos Santos Dinis, residente na Travessa Wenceslau de Moraes, n.º 4 - 1ªA, Leiria

- Informar a interessada que deve apresentar no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE e n.º 2 do artigo 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande - RMEUMMG.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

31. Req.º nº 1766/17, datado de 13/10/2017 - Proc.º n.º 375/11, datado de 03/10/2011 - Aníbal Ascenso André - Cabeça de Casal da Herança de

264 - Presente requerimento n.º 1766/17, registado em 2017/10/13, apresentado por **Aníbal Ascenso André - Cabeça de Casal da Herança de**, com o NIF 136674941, representado por Joaquim Fragoso Ascenso André, na qualidade de Cabeça-de-Casal, com o NIF 180992058, com residência na Rua da Cerca n.º 7, lugar da Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente a alteração do projeto de arquitetura do processo camarário n.º 375/11, registado em 2011/10/03, que respeita a pedido de licenciamento (legalização) de obras de alteração e de ampliação da moradia e licenciamento da obra de construção de muro, no prédio sito na Rua da Cerca, n.º 7, lugar de Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1856 e na matriz predial mista sob os artigos urbanos n.º 2817 e n.º 3393 e sob o artigo rústico n.º 276, com aprovação final por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal de 2016/10/06.

Presente parecer técnico datado de 2019/03/27, favorável à aprovação do projeto de arquitetura com condicionalismo.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

- DEFERIR, nos termos da alínea a) do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 155/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura, apresentado pelo requerimento n.º 1766/17, registado em 2017/10/13, constante do processo camarário n.º 375/11, registado em 2011/10/03, que respeita a pedido de licenciamento (legalização) de obras de alteração e de ampliação da moradia e licenciamento da obra de construção de muro, no prédio sito na Rua da Cerca, n.º 7, lugar de Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1856 e na matriz predial mista sob os artigos urbanos n.º 2817 e n.º 3393 e sob o artigo rústico n.º 276, com aprovação final por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal de 2016/10/06, apresentado por Aníbal Ascenso André - Cabeça de Casal da Herança de, com o NIF 136674941, representado por Joaquim Fragoso Ascenso André, na qualidade de Cabeça-de-Casal, com o NIF 180992058, com residência na Rua da Cerca n.º 7, lugar da Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com o condicionalismo de apresentação de planta de localização á escala 1/2000, contendo a delimitação do prédio e a configuração final dos edifícios.

- Informar o interessado que deve apresentar no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, alteração aos Projetos das Especialidades, nomeadamente plantas de localização à escala 1/2000 atualizada, conforme alteração à componente arquitetura, bem como os “Desenhos n.º 1 - Implantação Geral”, constantes dos projetos das especialidades, nomeadamente do Projeto da Rede de abastecimento de Água, Projeto das Redes de Águas Residuais Domésticas e Projeto das Redes de Águas Residuais Pluviais.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

32. Req.º nº 491/19, datado de 14/03/2019 - Proc.º n.º 287/14, datado de 14/08/2014 - Sílvia Maria de Sousa Calado Gaspar

265 - Presente pedido com o registo n.º 491/19, datado de 14/03/2019, relativo a legalização de um edifício destinado à prestação de serviços (oficina), sito na rua das Carregueiras, Garcia, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19884 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20267-P da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 287/14, com data de entrada de 14/08/2014, apresentado por **Sílvia Maria de Sousa Calado Gaspar**, com o NIF 134 712 986, residente na rua das Carregueiras, n.º 57, Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar a aprovação do projeto de arquitetura;

Presente informação técnica, datada de 01/04/2019, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo à legalização de um edifício destinado a prestação de serviços (oficina), sito na rua das Carregueiras, Garcia, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19884 e inscrito na

matriz predial urbana sob o artigo n.º 20267-P da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 287/14, com data de entrada de 14/08/2014, apresentado por Sílvia Maria de Sousa Calado Gaspar, com o NIF 134 712 986, residente na rua das Carregueiras, n.º 57, Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande, com o seguinte condicionalismo:

1. - Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE;

Mais delibera informar a requerente que a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

33. Req.º nº 494/19, datado de 14/03/2019 - Proc.º n.º 95/19, datado de 14/03/2019 - Frederico Pedro Leal Marques Pedrosa Ribeiro e Carla Isabel Pedrosa Cruz Moleirinho

266 - Presente requerimento n.º 494/19, datado de 2019/03/14, constante do processo camarário n.º 95/19, subscrito por **Frederico Pedro Leal Marques Pedrosa Ribeiro**, com o NIF 210464186 e por **Carla Isabel Pedrosa Cruz Moleirinho**, com o NIF 225069180, ambos com residência em travessa das Serras, n.º 33, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de muro de vedação**”, a incidir sobre um prédio rústico, sito em rua 5 de Outubro, freguesia de Vieira de Leiria, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 5002 e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo número 1261.

Presente parecer técnico dos serviços a enquadrar devidamente a pretensão.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaíu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “**Construção de muro de vedação**”, a incidir sobre um prédio rústico, sito em rua 5 de Outubro, freguesia de Vieira de Leiria, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 5002 e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo número 1261, com o número de processo 95/19, com data de entrada em 2019/03/14, apresentado por Frederico Pedro Leal Marques Pedrosa Ribeiro, com o NIF 210464186 e por Carla Isabel Pedrosa Cruz Moleirinho, com o NIF 225069180, ambos com residência em travessa das Serras, n.º 33, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Realização de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente um passeio e gare de estacionamento na estrema confinante com a rua 5 de Outubro, com as larguras de 1,60m e 2,00m, respetivamente, através da colocação de calçada em pedra calcária com as dimensões idênticas às existentes no troço de passeio e gare de estacionamento existente no prédio localizado nas

imediações, após a execução da camada de base em tout-venant com 0,15m de espessura.

2. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 32,00m², ao longo da frente do prédio confinante com a rua 5 de Outubro, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à **“PLANTA DE IMPLANTAÇÃO”**, com o número **“DESENHO 02”**, datada de **“Fev. 2019”**, entregue a coberto do requerimento n.º 494/19, datado de 2019/03/14, devendo apresentar, após conclusão da obra, certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Mais delibera informar as requerentes que, nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, deverão, no prazo de um ano a contar da data da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

34. Req.º nº 441/19, datado de 06/03/2019 - Proc.º n.º 27/18, datado de 01/02/2018 - Marisa de Sousa Prior

267 - Presente requerimento n.º 441/19, datado de 2018/03/06, constante do processo camarário n.º 27/18, subscrito por **Marisa de Sousa Prior**, com o NIF 261757083, residente em rua Cravos de Abril, n.º 10, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio rústico, sito na rua 42, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20456 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 11410, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2018/10/16.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2019/03/22, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUEM o pedido de licenciamento da obra de **“Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio rústico, sito na rua 42, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20456 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 11410, com o número de processo 27/18, com data de entrada em 2018/02/01, apresentado por Marisa de Sousa Prior, com o NIF 261757083, residente em rua Cravos de Abril, n.º 10, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a rua 42, com largura indicada na peça gráfica correspondente à “PLANTA DE IMPLANTAÇÃO”, com o número “01.01”, entregue a coberto do requerimento n.º 1489/18, datado de 2018/08/14. Os materiais a aplicar no passeio deverão prever calçada de calcário com as dimensões de 0,05x0,05mx0,05m, após execução de uma base em tout-venant com 0,15m de espessura. O lancil deverá ser de calcário com as dimensões de 0,15m (largura à vista) x 0,25m (altura) x 0,15m (largura da base) e lancil reto em rampa, com uma largura de 0,40m com os respetivos cantos, em zonas de acesso à propriedade.
2. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 53,76m², ao longo da frente do prédio confinante com a rua 42, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “PLANTA DE IMPLANTAÇÃO”, com o número “01.01”, entregue a coberto do requerimento n.º 1489/18, datado de 2018/08/14, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Mais delibera informar a requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da data da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

35. Req.º nº 387/19, datado de 25/02/2019 - Proc.º nº 454/18, datado de 24/10/2018 - Luís Rodrigues Lopes, Maria Idalina Loureiro dos Santos, Paulo Jorge Lopes Santana de Almeida e Paula Cristina dos Santos Lopes Almeida

268 - Presente pedido com o registo n.º 387/19, datado de 25/02/2019, relativo a **legalização de alterações interiores e de fachada e alteração de uso** de “armazém” para “comércio e serviços”, das frações designadas “A” e “C”, sitas no piso térreo do edifício localizado na rua de Leiria, n.º 85, Embra, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 847 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10639, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 454/18, com data de entrada de 24/10/2018, apresentado por **Luís Rodrigues Lopes**, com o NIF 127228780, por **Maria Idalina Loureiro dos Santos**, com o NIF 119757966, residentes na rua de Leiria, n.º 85, 1º Dto, Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, por **Paulo Jorge Lopes Santana de Almeida**, com o NIF 178326097 e por **Paula Cristina dos Santos Lopes Almeida**, residentes na Urbanização Serrada do Pinhal, rua dos Loureiros, Lte 9, Marinheiros, freguesia de Marrazes e concelho de Leiria;

Presente parecer favorável emitido pela Infraestruturas de Portugal, IP, datado de 18/02/2019;

Presente informação técnica, datada de 3/04/2019, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de alterações interiores e de fachada e alteração de uso de “armazém” para “comércio e serviços”, das frações designadas “A” e “C”, sitas no piso térreo do edifício localizado na rua de Leiria, n.º 85, Embra, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 847 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10639, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 454/18, com data de entrada de 24/10/2018, apresentado por Luís Rodrigues Lopes, com o NIF 127228780 e Maria Idalina Loureiro dos Santos, com o NIF 119757966, residentes na rua de Leiria, n.º 85, 1º Dto, Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, por Paulo Jorge Lopes Santana de Almeida, com o NIF 178326097 e Paula Cristina dos Santos Lopes Almeida, residentes na Urbanização Serrada do Pinhal, rua dos Loureiros, Lte 9, Marinheiros, freguesia de Marrazes e concelho de Leiria.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

36. Req.º nº 570/19, datado de 27/03/2019 - Proc.º n.º 417/18, datado de 02/10/2018 - Jorge Manuel Ferreira Duarte e Elisabete Gaspar Pedro Duarte

269 - Presente requerimento n.º 570/19, datado de 2019/03/27, constante do processo camarário n.º 417/18, subscrito por **Jorge Manuel Ferreira Duarte**, com o NIF 195789024 e por **Elisabete Gaspar Pedro Duarte**, com o NIF 206004362, ambos residentes em rua da Marinha Grande, n.º 12, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio rústico, sito no lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 7922 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 6336, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2019/02/11.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2019/03/29, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do art. 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, o pedido de licenciamento da obra **“Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio rústico, sito

no lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 7922 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 6336, com o número de processo 417/18, com data de entrada em 2018/10/02, apresentado por Jorge Manuel Ferreira Duarte, com o NIF 195789024 e por Elisabete Gaspar Pedro Duarte, com o NIF 206004362, ambos residentes em rua da Marinha Grande, n.º 12, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Mais delibera informar os requerentes que, nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da data da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

37. Req.º nº 1954/18, datado de 29/10/2018 - Proc.º n.º 460/18, datado de 29/10/2018 - Martina Maria Greiner Achtermann

270 - Presente requerimento n.º 1954/18, registado em 2018/10/29, subscrito por **Martina Maria Greiner Achtermann**, com o NIF 271197234, residente na Rua n.º 1, n.º 41, Pero Neto, Marinha Grande, constante do processo camarário n.º 460/18, registado em 2018/10/29, referente a pedido de **licenciamento (legalização) da obras de alteração e ampliação realizadas na moradia e obra de construção (legalização) de anexo**, realizadas no prédio urbano situado na Estrada do Pero Neto, n.º 41, lugar do Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 10462 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 10187.

Presente parecer técnico datado de 2019/03/21, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a ser aprovado.

Após análise do projeto de arquitetura apresentado pelo requerimento n.º 1954/18, registado em 2018/10/29, constante do processo camarário n.º 460/18, registado em 2018/10/29, referente a pedido de licenciamento (legalização) da obras de alteração e ampliação realizadas na moradia e obra de construção (legalização) de anexo, realizadas no prédio urbano situado na Estrada do Pero Neto, n.º 41, lugar do Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 10462 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 10187, apresentado por Martina Maria Greiner Achtermann, com o NIF 271197234, residente na Rua n.º 1, n.º 41, Pero Neto, Marinha Grande, bem como do parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR a requerente, nos termos do artigo 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por de arquitetura apresentar-se contrário a normas legais e regulamentares aplicáveis, traduzindo índice de construção bruto de 0,47, superior ao índice bruto de construção de 0,25 fixado no n.º 10 do artigo 5º do Regulamento do PDM-MG para o Aglomerado Urbano do Pero Neto, onde se localiza o prédio, e por apresentar escada curva, incluída na via vertical de evacuação, cujas características

não guardam adequação ao n.º 4 do artigo 65.º da Portaria n.º 1532/2008 de 29/12 - Regulamento Técnico Segurança Contra Incêndios em Edifícios.

A Câmara Municipal delibera ainda:

1- Informar a requerente que na revisão do projeto o mesmo deve ser completado com os seguintes elementos em falta ou deficientemente elaborados:

a) A Memória Descritiva e Justificativa do projeto deve ser completada com os elementos descritos nas alíneas c) e h) do n.º 5 da Portaria n.º 113/2015 de 22/04, nomeadamente:

- Enquadramento da pretensão nos planos territoriais aplicáveis;
- Quadro sinóptico identificando a superfície total do terreno objeto da operação e, em função da operação urbanística em causa, a área total de implantação, a área de implantação do edifício, a área total de construção, a área de construção do edifício, o número de pisos, a altura da fachada, as áreas a afetar aos usos pretendidos e as áreas de cedência, assim como a demonstração do cumprimento de outros parâmetros constantes de normas legais e regulamentares aplicáveis.

b) Completar:

- Planta de Implantação à escala de 1:200 ou superior, desenhada sobre levantamento topográfico do terreno, deve incluir o arruamento de acesso, com indicação das dimensões e área do terreno, área de cedência ao domínio público, se for o caso, áreas impermeabilizadas e respetivo material, com cotas altimétricas e planimétricas, contendo a delimitação do prédio na sua totalidade, a implantação do edifício projetado, incluindo corpos balanceados, escadas, varandas, cotados em relação às extremas, as construções existentes, maciços arbóreos, indicação dos lugares de estacionamento, sempre que estes não sejam criados no interior do edifício, indicação da localização dos contadores ou baterias de contadores e recetáculos postais, e ainda as condicionantes existentes, designadamente linhas de água e infraestruturas.

- Plantas à escala de 1:50 ou de 1:100 contendo as dimensões e áreas e utilizações de todos os compartimentos, bem como a representação do mobiliário fixo e equipamento sanitário, conforme n.º 15 alínea f) (i) da Portaria n.º 113/2015 de 22/04.

c) deve indicar o número do processo camarário existente, bem como outros elementos que possibilitem a sua referência por parte dos serviços municipais, relativo ao muro representado no projeto. Quando referente a construção ilegal deve proceder à sua legalização, tal como indicado no artigo 64º do Regulamento Municipal da Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande - RMEUMMG.

Informar à associação pública de natureza profissional onde o técnico autor do projeto de arquitetura está inscrito, nos termos constantes no n.º 6 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, face à desconformidade do projeto o Regulamento do PDM-MG.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

38. Req.º nº 1192/18, datado de 02/07/2018 - Proc.º nº 248/18, datado de 02/07/2018 - Estefânio de Sousa

271 - Presente requerimento n.º 1192/18, registado em 2018/07/02, subscrito por **Estefânio de Sousa**, com o NIF 138985839, residente na rua Ponto da Boavista, n.º 3 - 1º Esq., freguesia e concelho de Marinha Grande, do processo camarário n.º 248/18, registado em 2018/07/02, referente ao pedido de **licenciamento de obra de construção de uma moradia e muros**, no prédio rústico situado na Rua da Várzea, lugar da Várzea, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o n.º 9050 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14080.

Presente parecer técnico, datado de 2019/03/25, desfavorável.

Após análise do projeto de arquitetura apresentado pelo requerimento n.º 1192/18, registado em 2018/07/02, subscrito por Estefânio de Sousa, com o NIF 138985839, residente na rua Ponto da Boavista, n.º 3 - 1º Esq., freguesia e concelho de Marinha Grande, do processo camarário n.º 248/18, registado em 2018/07/02, referente ao pedido de licenciamento de obra de construção de uma moradia e muros, no prédio rústico situado na Rua da Várzea, lugar da Várzea, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o n.º 9050 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14080, bem como o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR o requerente, nos termos do artigo 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, por os muros, contíguos ao arruamento, apresentarem altura superior à descrita na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande - RMEUMMG, transcrevendo-se:

“Artigo 18.º

Muros, vedações e respetivos alinhamentos

1 – A construção de muros de vedação ou muros de suporte, junto das vias públicas, deve observar as seguintes características:

- a) Serem executados em alvenaria ou betão armado, rebocados e pintados;**
- b) Não exceder a altura de 0,80m acima da cota dos passeios fronteiros ou dos arruamentos que os servem, sem prejuízo do previsto em Plano Municipal de Ordenamento do Território;**
- c) Ao valor referido na alínea anterior, podem ainda elevar-se elementos gradeados, ou sebes vivas, desde que, no seu cômputo geral, não exceda o valor máximo de 1,50m;**
- d) [Revogada];**
- e) No caso de o muro de vedação separar terrenos de cota diferentes, a altura é contada a partir da cota natural mais elevada;**
- f) Pode aplicar-se para os muros entre extremas, na parte confinante com a via pública, o disposto nas alíneas b) e c), numa extensão de até 1,50 m a contar do limite ao espaço público;**

(...)”

Delibera ainda informar:

1- As peças gráficas e escritas do projeto devem ser revistas quanto ao número de pisos, área de implantação e área de construção da moradia, atendendo às definições constantes nas alíneas e), g) e f) do n.º n.º 1 do artigo 3.º do RMEUMMG, transcrevendo-se:

«Área bruta de construção» valor numérico, expresso em metros quadrados, resultante do somatório das áreas de todos os pavimentos, acima e abaixo do solo, medidas pelo extradorso das paredes exteriores, incluindo comunicações verticais (nomeadamente escadas, rampas e caixas de elevadores) e excluindo os espaços livres de uso público, cobertos pelas edificações, zonas de sótãos sem pé-direito regulamentar, terraços descobertos e estacionamento e serviços técnicos instalados nas caves dos edifícios;

«Área de implantação» é a área de solo delimitada pelo perímetro exterior do contacto do edifício com o solo acrescida, quando aplicável, da área de solo delimitada pelo exterior das paredes exteriores dos pisos em cave, na parte que se situa fora da prumada do perímetro exterior do contacto do edifício com o solo, excluindo varandas balançadas não cobertas e beirados;

«Cave» espaço enterrado ou semi-enterrado coberto por laje, em que a diferença entre a cota do plano superior dessa laje e a cota do espaço público, medida a partir do ponto de cota média do terreno marginal ao alinhamento da fachada, seja igual ou inferiores a 0,50m.

2- O prédio assinalado na planta de localização à escala 1/2000 encontra-se abrangido por plano municipal de ordenamento do território vigente (Plano Diretor Municipal da Marinha Grande - ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/95, de 9 de março, publicada no Diário da República, n.º 94 – 1.º Série-B, de 21 de abril de 1995, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 153/98, de 10 de dezembro, publicada no Diário da República, n.º 300 – 1.º Série-B, de 30 de dezembro de 1998, e Alteração por Adaptação do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande - Aviso n.º 4419/2018, publicada no Diário da República, n.º 66, 2.ª Série, de 04 de abril de 2018), inserindo-se no Aglomerado Urbano da Marinha Grande - Restante Área Urbana, apresentando cerca de 674 m2 em espaços urbanos ocupação atual e apresentando cerca de 428 m2 de área em “Proteção Especial”, sendo que nos espaços urbanos/urbanizáveis aplica n.º 8 do artigo 5º do Regulamento do PDM da Marinha Grande, prevê os seguintes indicadores urbanísticos para o local:

Densidade habitacional máxima – 30 f/ha

Índice de construção bruto – 0.6

Cércea máxima – 3 pisos ou 9,5 m de altura

Estacionamento – 1 lugar/fogo

- 1 lugar/50 m2 de área coberta para comércio e serviços

- As condições de edificabilidade nas Áreas de Proteção Especial estão fixadas no artigo 8.º do Regulamento do PDM da Marinha Grande, transcrevendo-se:

“Artigo 8.º

Áreas de Proteção Especial

1 - Nas áreas de proteção especial, correspondentes às manchas das Reservas Agrícola e Ecológica Nacionais, integradas nos perímetros urbanos, a alteração de uso fica condicionada à salvaguarda da capacidade biofísica do solo, nos termos da legislação em vigor.

2 - É interdita a construção nas áreas de proteção especial, com exceção de construções aligeiradas e amovíveis de apoio às áreas verdes de uso coletivo e à atual atividade agrícola, nos termos da legislação em vigor.

3 - Nas áreas de proteção especial integradas na estrutura verde ou em áreas de uso coletivo são proibidas as ações passíveis de impermeabilização do solo.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

39. Req.º nº 2167/18, datado de 30/11/2018 - Proc.º n.º 486/16, datado de 24/11/2016 - Marisa Isabel Pimenta Gomes

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu o seguinte:

“Uma vez mais um processo com um pedido de isenção de taxas de urbanização para quem quer reconstruir os edifícios degradados na zona histórica.

A Camara continua a não demonstrar vontade em ajudar quem queira vir investir e requalificar as casas a cair aqui no centro. Por outro lado insiste em não alterar o RMEU. Para alterar o RMEU noutra circunstância teve celeridade, para esta situação, que ajuda a tornar o centro mais atrativo, continua sem manifestar qualquer interesse.

Votamos favoravelmente porque vai ser uma audiência prévia, onde a munícipe pode vir argumentar.

Mas a nossa proposta é que a Camara altere rapidamente o RMEU, senão vou sempre afirmar que não é intenção deste executivo permanente ajudar a reconstruir o centro histórico, como fazem outras autarquias.”

272 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 2167/18, de 30-11-2018, apresentado por **Marisa Isabel Pimenta Gomes**, titular do processo de licenciamento n.º 486/16, referente à obra de demolição de uma habitação e posterior construção de uma outra, bem como muros de vedação no prédio sito no largo da Alegria, n.º 16, Rua José Ferreira, n.º 2 e Rua Campos Júnior, n.º 1, na Freguesia e Concelho da Marinha Grande, em que solicita a isenção “do pagamento das taxas resultantes da atividade urbanística e conexas”, bem como a devolução dos montantes por ela pagos, que ascendem a 3.279,42 €, ao abrigo da alínea d) do n.º 3 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG).

Presente parecer técnico, datado de 24-01-2019, que considera que a cedência de parcela para alargamento do passeio não cabe na alínea d) do n.º 3 do artigo 119.º do RMEUMMG.

Presente parecer jurídico, datado de 04-02-2019, sobre o assunto.

A Câmara Municipal analisou o pedido apresentado por Marisa Isabel Pimenta Gomes - titular do processo de licenciamento n.º 486/16, referente à obra de demolição de uma habitação e posterior construção de uma outra, bem como muros de vedação no prédio sito no largo da Alegria, n.º 16, Rua José Ferreira, n.º 2 e Rua Campos Júnior, n.º 1, na Freguesia e Concelho da Marinha Grande - em que solicita a isenção “do pagamento das taxas resultantes da atividade urbanística e conexas”, bem como a devolução dos montantes por ela pagos, que ascendem a 3.279,42 €, ao abrigo da alínea d) do n.º 3 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), bem como os pareceres técnico e jurídico, datados, respetivamente, de 29-01-2019 e 04-02-2019, com os quais concorda, se dão aqui por integralmente reproduzidos e se anexam à presente

deliberação, e tendo a intenção de indeferir o referido pedido delibera ouvir a requerente em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, dando-lhe 10 dias úteis, a contar da sua notificação, para se pronunciar por escrito.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

40. Req.º nº 325/19, datado de 13/02/2019 - Proc.º nº 390/18, datado de 29/12/2008 - Helga Catarina de Oliveira Ribeiro

273 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 325/19, datado de 13/02/2019, apresentado por **Helga Catarina de Oliveira Ribeiro**, com o NIF 216317975, com morada em Rua D. Dinis, nº 16 E, 2.º Esq.º, Paredes da Vitória, Pataias, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Rua Central do Moinho de Cima, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo camarário nº 390/08, titulada pelo alvará de construção nº 125/12, emitido em 26/12/2012.

Presente parecer dos serviços de fiscalização, datado de 21/03/2019, bem como parecer técnico datado de 25/03/2019, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista na alínea b) do nº2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua Central do Moinho de Cima, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Conceição de Helga Catarina de Oliveira Ribeiro, com o NIF 216317975, com morada em Rua D. Dinis, nº 16 E, 2.º Esq.º, Paredes da Vitória, Pataias, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheira Maria João Oliveira
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

41. Req.º nº 547/19, datado de 22/03/2019 - Proc.º nº 379/18, datado de 14/09/2019 - Sedlom - Sociedade de Moldes de Precisão Lda.

274 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 547/19, datado de 22/03/2019 apresentado por **Sedlom - Sociedade de Moldes de Precisão Lda.**, com o NIPC 500738238, com sede em Estrada da Nazaré, n.º 70, lugar e freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização do edifício sito na mesma morada, objeto de legalização de alteração de cobertura e de fachada, titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 27/19, emitido em 15/03.

Presente parecer técnico datado de 03/04/2019, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Estrada da Nazaré, n.º 70, lugar e freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, propriedade de Sedlom - Sociedade de Moldes de Precisão Lda., com o NIPC 500738238, com sede na mesma morada, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheira Maria João Oliveira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) Membros suplentes**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

42. Req.º nº 2241/18, datado de 13/12/2018 - Proc.º nº 530/18, datado de 13/12/2018 - Socrebel Sociedade Comercial de Restauração e Bebidas do Liz, Lda.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu o seguinte:

“A proposta de deliberação ainda deixa em aberto o valor a reduzir do pagamento da taxa deste município que foi vítima duma catástrofe.

O município foi vítima duma calamidade, e a camara em vez de ficar sensível ao esforço empreendedor do município que quer voltar a erguer o apoio de praia, ainda pôr a hipótese de “apenas” reduzir 50% da taxa.

Somos da opinião inequívoca que deve ser dada a isenção, por o que acima explicamos.”

A **Sr.ª Presidente** suspendeu a reunião por 5 minutos, para esclarecimento das dúvidas colocadas sobre a redução de taxas, e solicitou a presença da Chefe da Divisão de Gestão do Território, **Dr.ª Inês Marrazes**, que informou que compete à Câmara decidir se isenta ou reduz até 50% o valor das taxas.

Foi decidido isentar, pelo que a **Sr.ª Presidente** colocou a votação a seguinte proposta:

275 - Presente requerimento com registo de entrada com o n.º 2242/18, de 13-12-2018, apresentado por Ricardo Miguel Campos, em representação de Socrebel - Sociedade Comercial de Restauração e Bebidas do Liz, Lda, concessionária do apoio de praia, na Praia de Vieira, com sede na Avenida Marginal, s/n, Lugar da Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, Concelho de Marinha Grande, em que solicita, ao abrigo da alínea g) do n.º 3 do artigo 119.º Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a redução de taxas devidas pela apresentação do pedido de legalização de um conjunto de operações urbanísticas levadas a efeito no referido apoio de praia, realização de vistoria e emissão do respetivo alvará de utilização, no valor de 994,52 euros.

Presente parecer jurídico, datado de 25-03-2019, sobre o assunto.

A Câmara Municipal analisou o pedido apresentado por Ricardo Miguel Campos, em representação de Socrebel - Sociedade Comercial de Restauração e Bebidas do Liz, Lda, concessionária do apoio de praia, sito na Praia de Vieira, com sede na Avenida Marginal, s/n, Lugar da Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, Concelho de Marinha Grande, bem como parecer jurídico sobre o assunto e concordando com o teor do mesmo, que se dá aqui por integralmente reproduzido e se anexa, delibera, ao abrigo da alínea g) do n.º 3 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, isentar o montante de 994,52 euros, correspondente às taxas devidas pela referida sociedade, pela apresentação do pedido de legalização de um conjunto de operações urbanísticas levadas a efeito no referido apoio de praia, realização de vistoria e emissão do respetivo alvará de utilização, respeitantes ao processo administrativo n.º 530/18, porquanto a mencionada instalação presta serviços e proporciona funções de apoio a todos aqueles que frequentam a Praia da Vieira ou aí passam férias, pelo que assume um papel importante no desenvolvimento do turismo no concelho.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

43. Req.º nº 1782/18, datado de 02/10/2018 - Proc.º n.º 446/17, datado de 03/10/2017 - Rua das Flores - Gestão de Activos Imobiliários Lda

276 - Presente requerimento n.º 1782/18, de 02-10-2018, apresentado por **Rua das Flores - Gestão de Activos Imobiliários Lda**, ratificado por Alberto Carreira, Construções, Lda, ambas titulares do processo com o n.º 446/17, referente à reconstrução de um edifício de habitação coletiva com 6 frações, sito na Rua Dr. Pedro Viana, n.º 8 a 18, na Freguesia e Concelho da Marinha Grande, em que formularam dois pedidos:

1. A isenção do pagamento das taxas devidas pelo licenciamento da referida construção, ao abrigo da alínea c) do n.º 3 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG);
2. A consequente devolução das quantias já pagas, por terem efetuado o pagamento das referidas taxas, no valor de 40,82 euros.

Considerando que:

- A 10-12-2018, esta Câmara Municipal apreciou os pedidos de isenção de taxas municipais devidas pelo licenciamento da reconstrução de um edifício de habitação coletiva, com 6 frações, sito na Rua Dr. Pedro Viana, n.º 8 a 18, na Freguesia e Concelho da Marinha Grande e consequente devolução de quantias pagas, bem como a documentação que as requerentes apresentaram, comprovativa do pagamento de taxas municipais e concordando com os fundamentos de facto e de direito da informação jurídica sobre o assunto, datada de 04-12-2018, deliberou ouvir, por escrito, as sociedades Rua das Flores - Gestão de Activos Imobiliários Lda e Alberto Carreira, Construções, Lda, em sede de audiência prévia;

- Para o efeito foram dados às requerentes 10 dias úteis, a contar da data da notificação da referida deliberação, para que as mesmas entregassem as suas alegações;

- Depois notificadas a 17-12-2018, as interessadas, nada disseram.

A Câmara Municipal, concordando com os fundamentos de facto e de direito da informação jurídica sobre o assunto, datada de 04-12-2018, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que as requerentes tomaram conhecimento em sede de audiência prévia, delibera tomar uma decisão definitiva sobre o assunto e:

1 - Deferir o pedido de isenção do pagamento da taxa referente ao averbamento do novo titular do processo, no valor de 36,57 euros, por a mesma respeitar à operação urbanística de reconstrução do edifício sito na Rua Dr. Pedro Viana, n.º 8 a 18, Freguesia e Concelho da Marinha Grande e, consequentemente, proceder à devolução do montante já pago, como ficou comprovado pelo recibo n.º 8685;

- Indeferir o pedido de pagamento da taxa no valor 4,25 euros e consequente devolução do montante já pago, referente ao pagamento do fornecimento de uma planta de localização, porquanto a referida taxa não diz respeito à realização, em concreto, de uma operação urbanística, tal como exige o n.º 3 do artigo 119.º do RMEUMMG, mas destina-se à instrução de uma candidatura a benefícios fiscais.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

44. Proc.º n.º 1082/01, datado de 08/11/2001 - Alfredo Sousa Duarte

277 - Presente informação datada de 13-06-2017, da então Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação (DFTI), referente à existência de uma dívida ao Município no valor de 1.231,56 euros, correspondente às guias de pagamento n.ºs 4165/2/2004, 4166/2/2004, 4167/2/2004, 4168/2/2004 e 4169/2/2004, emitidas no âmbito do processo de licenciamento n.º 1082/01, de uma moradia, garagem e muro, sitos na Rua D. Dinis, Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, Concelho da Marinha Grande.

Presente parecer jurídico datado de 22-08-2017, em que foi exarado o seguinte despacho, com a mesma data, do então Presidente da Câmara Municipal, “À DFTI Para conhecimento do parecer infra. À DOT - Para apensar esta docção ao respetivo processo de licenciamento de construção”.

Presente despacho da Presidente da Câmara Municipal, datado de 26-03-2019, a determinar a elaboração de proposta de deliberação, com base no referido parecer jurídico.

A Câmara Municipal analisou a mencionada informação, bem como o citado parecer jurídico e concordando com os fundamentos de facto e de direito deste último, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido e se anexa, delibera não ser devida a prestação pecuniária no valor de 1.231,56 euros (mil duzentos e trinta e um euros e cinquenta e seis cêntimos), respeitante à construção de um passeio, no âmbito do processo de licenciamento, com o n.º 1082/01, de uma moradia, garagem e muro, sitos na Rua D. Dinis, na Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, Concelho da Marinha Grande, por não ficar evidenciada, da análise do referido processo de construção, a existência de qualquer ato administrativo que impusesse a execução de um passeio ou o pagamento da dita infraestrutura, executada por este órgão, dando, por isso, sem efeito as guias de pagamento com os ns.º 4165/2/2004, 4166/2/2004, 4167/2/2004, 4168/2/2004 e 4169/2/2004, correspondentes ao dito valor e emitidas em nome de Alfredo Sousa Duarte.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA

EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

45. Cessação do contrato de comodato formalizado entre a Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande (Capela de Picassinós) e o Município da Marinha Grande, para o funcionamento da cantina escolar de Picassinós com a respetiva cedência dos equipamentos nela existentes à primeira.

278 - Presente informação nº 186/2019 da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, datada de 25/01/2019, a dar conta da necessidade de ser formalizada a cessação do contrato de comodato celebrado em 12 de dezembro de 2016 entre o Município da Marinha Grande e a Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande (Capela de Picassinós) referente à cedência de instalações para o funcionamento da cantina escolar e refeitório de Picassinós, com a respetiva concessão dos equipamentos nestas existentes, a título de compensação pela utilização gratuita do referido espaço, por parte do Município da Marinha Grande.

Considerando que em 12 de dezembro de 2006, foi celebrado um contrato de comodato entre a Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande - Capela de Picassinós - (1.º Outorgante) e o Município da Marinha Grande (2.º Outorgante), através do qual o 1.º outorgante cedeu ao 2.º outorgante um espaço para o funcionamento da cantina escolar de Picassinós;

Considerando que o Município da Marinha Grande efetuou as obras essenciais para o funcionamento da referida cantina e apetrechou as ditas instalações com todo o equipamento necessário;

Considerando que o referido contrato, nos termos do no n.º 1 e 2 da cláusula 3 previa um período de duração de 3 anos, automaticamente renovável por sucessivos períodos de um ano, se nenhuma das partes se opusesse, através de comunicação escrita com a antecedência mínima de 90 dias úteis;

Considerando que através de ofício com o registo S/2050/2017, datado de 14 de junho, que se anexa, o Município da Marinha Grande informou a Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande - Capela de Picassinós - que devido ao facto de ter encontrado uma solução alternativa para o fornecimento de refeições escolares aos referidos alunos num edifício escolar, já não iria necessitar das referidas instalações pelo que, nos termos do n.º 2 da cláusula 3.ª do contrato de comodato anteriormente formalizado não existia, por isso, interesse da parte do Município da Marinha Grande, em renovar o mesmo;

Considerando que nesse mesmo ofício, era proposto ainda a celebração de um acordo que viabilizasse a cessação do contrato de forma antecipada, a partir de setembro de 2017, desde que daí não resultasse qualquer ónus ou indemnização para qualquer das partes;

Considerando que em 28 de julho de 2017, a Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande - Capela de Picassinós - apresenta uma proposta de cessação do contrato de comodato, no sentido de o Município da Marinha Grande ressarcir a Fábrica da Igreja Paroquial relativamente às despesas tidas com o fornecimento de água e eletricidade no período compreendido entre janeiro a setembro de 2017, período este coincidente com a utilização por parte do Município da Marinha Grande;

Considerando que o pedido de ressarcimento efetuado pela Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande - Capela de Picassinós - foi atendido pelo Município da Marinha Grande em 29/12/2017, conforme cópia da ordem de pagamento n.º 3453/2017, em anexo;

Considerando o despacho exarado pela Sr.ª Presidente, a respeito deste assunto, datado de 5 de novembro de 2018, no qual é determinado "proceder à valoração dos equipamentos para concessão dos mesmos, a título de apoio à Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande";

Considerando a folha de carga atualizada remetida pela Secção do Património, com o respetivo valor patrimonial dos bens ali existentes, à data.

A Câmara Municipal apreciou a informação e delibera aprovar a cessação do contrato de comodato celebrado com a Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande - Capela de Picassinós - referente à cedência de instalações para o funcionamento da cantina escolar e refeitório de Picassinós, nos termos do n.º 2 da cláusula 3.ª do referido contrato.

Mais delibera conceder os equipamentos existentes no referido espaço à Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande - Capela de Picassinós - constantes da lista de carga, emitida pela Área do Património, em 14 de janeiro do corrente, no valor patrimonial líquido de 0,00€, a título de compensação pela utilização gratuita do referido espaço, por parte do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

INTERVENÇÃO CULTURAL

46. Isenção de taxas de ingresso na Casa-Museu Afonso Lopes Vieira – Instituto Politécnico de Leiria

279 - Presente pedido de isenção de taxas de ingresso na Casa-Museu Afonso Lopes Vieira remetido pelo Instituto Politécnico de Leiria, datado de 20 de março de 2019, com o registo n.º E/3055/2019. A visita será realizada por um grupo de alunos da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, no âmbito do curso de Tradução e Interpretação Português-Chinês / Chinês-Português, num total de 49 pessoas (alunos e professora acompanhante), e encontra-se agendada para 11 de abril de 2019.

Considerando que:

- A alínea e), do n.º 4, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que ficam isentas do pagamento de taxas nos museus municipais as visitas organizadas por estabelecimentos de ensino público, com a finalidade de estimular o gosto e a apetência pelas áreas históricas e artísticas do concelho, e ainda a apreensão de novos conceitos culturais e artísticos.

Define ainda a alínea a), do n.º 5, que as isenções previstas no artigo 14.º carecem de formalização de pedido fundamentado e acompanhado, designadamente de fotocópia simples de documento comprovativo da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária.

- Em anexo encontra-se cópia dos estatutos do Instituto Politécnico de Leiria publicados no em Despacho Normativo n.º 39/2008, de 21 de julho, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, onde se pode comprovar, no n.º 1 do art.º 1.º dos referidos estatutos, a natureza jurídica da entidade requerente como sendo uma instituição de ensino superior de direito público. De acordo com o mesmo número e artigo fica também comprovado que o Instituto Politécnico de Leiria tem como finalidade estatutária *“a produção e difusão do conhecimento, criação, transmissão e difusão da cultura, da ciência, da tecnologia e das artes, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental”*.

- Com o documento em anexo está comprovada a natureza jurídica e a finalidade do Instituto Politécnico de Leiria.

A Câmara Municipal da Marinha Grande analisou a proposta, que se insere nas suas competências próprias atribuídas pelo n.º 6 do art.º 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, e delibera isentar, ao abrigo do previsto no art.º 14.º, n.º 4, alínea e) do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município da Marinha Grande, o Instituto Politécnico de Leiria do pagamento da taxas de ingresso na Casa-Museu Afonso Lopes Vieira, no dia 11 de abril de 2019, para um total de cerca de quarenta e nove pessoas (alunos e professora acompanhante), da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

47. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 – Área cultural - Sport Operário Marinhense - Concerto comemorativo do 25 de Abril - Cantar e dizer Abril

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** e o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** comunicaram o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que fazem parte dos órgãos sociais do Sport Operário Marinhense.

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

Os Srs. Vereadores do MpM declararam o seguinte:

“Esta iniciativa é da maior relevância e merece ser apoiada. A associação diz que o orçamento é de 1.100€, pede apoio à Câmara de 800€ “para pagamento aos músicos e técnicos de som”, e a atribuição é de 250€ - Qual o critério?

Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este, nem qualquer outro apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”

280 - Presente deliberação de 12 março de 2019, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividade pontual:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/9087/2018 de 1 de outubro de 2018	501417702	Sport Operário Marinhense	Concerto Comemorativo do 25 de abril - Cantar e Dizer Abril	32,6 pontos

Presente informação com n.º de registo I/510/2019 de 6 de março, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade Sport Operário Marinhense preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para a **Organização Concerto Comemorativo do 25 de abril - Cantar e Dizer Abril**, a decorrer no próximo dia 23 de abril.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/168;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	VALOR
E/9087/2018 de 1 de outubro de 2018	501417702	Sport Operário Marinhense	Concerto Comemorativo do 25 de abril - Cantar e Dizer Abril	32,6 pontos	2018/A/168	250,00

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora do MpM, Mêlina Mira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

PROMOÇÃO SOCIAL, SAÚDE E VOLUNTARIADO

48. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, da inquilina residente na Rua Adriano Marques Nobre, n.º 24 - Camarnal.

281 - Presente informação n.º 650 da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, datada de 28 de março de 2019, a dar conta da necessidade de proceder à revisão do valor da renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração na composição do agregado familiar.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T= Taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = Indexante dos Apoios Sociais (435,76€)”

Considerando ainda que , no n.1 do artigo 22.º a renda em regime de arrendamento apoiado não pode ser de valor inferior a 1% do indexante dos apoios sociais (IAS) vigente em cada momento.

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da mesma Lei, a renda atualizada ou revista, nos termos dos números anteriores, é devida no segundo mês subsequente ao da data de receção, pelo arrendatário, da comunicação do senhorio com o respetivo valor.

Considerando que, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do art.º 27.º do Regulamento de atribuição, de gestão e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande, há lugar à revisão da renda a pedido do arrendatário nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar, devendo o arrendatário comunicar o facto ao senhorio, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da ocorrência;

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pela própria.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual proceder à revisão da renda do inquilino residente na fração identificada em epígrafe, sendo o valor a aplicar o constante do quadro seguinte:

MORADOR	LOTE	DATA CONTRATO	RENTA/19 (março)	RENTA/19 (junho)
Rua Adriano Marques Nobre	N.º24	04/11/2004	113,31€	23,66€

Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil do mês de junho do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

49. Realojamento temporário de munícipe em situação de vulnerabilidade e emergência social em habitação sita na Travessa de Diu n.º 5 - Lameira da Embra

282 - Presente informação n.º 626 da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, datada de 25 de março de 2019, dando conta da situação socioeconómica e familiar da munícipe identificada na informação técnica.

Considerando que a munícipe em causa se dirigiu aos serviços da DDC no passado dia 6 de março do corrente ano, encaminhada pela técnica de serviço social do I.S.S. - Instituto de Segurança Social da Marinha Grande, a fim de expor a sua situação de vulnerabilidade social;

Considerando que no passado dia 3 de março e na sequência de um desentendimento com o seu companheiro foi agredida pelo mesmo;

Considerando que segundo esta, os episódios de violência doméstica ocorrem desde 2017;

Considerando que a munícipe apresentou queixa contra o companheiro na esquadra da Marinha Grande e detém o Estatuto de Vítima de Violência Doméstica desde o passado dia 3 de março;

Considerando que perante a sua situação económica, a munícipe não consegue arrendar uma habitação no mercado de arrendamento livre, dado os valores praticados;

Considerando que por esse motivo ainda partilha a mesma habitação com o agressor, com o filho de ambos e que alegadamente terá encaminhado a filha de 12 anos para coabitar com o pai biológico a fim de esta se distanciar do ambiente violento em que vive;

Considerando que é seu objetivo autonomizar-se;

Considerando que para o efeito, necessita de encontrar uma alternativa habitacional mais acessível em termos de custos;

Considerando que o Município da Marinha Grande dispõe de uma habitação, de tipologia T3, mais concretamente na Travessa de Diu n.º 5, Lameira da Embra que tem vindo a ser utilizada para realojamento temporário de famílias em situações de vulnerabilidade e emergência social;

Considerando que quer o n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, quer o n.º 1 do artigo 10.º do Regulamento de Atribuição, Gestão e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, prevê: “ que têm acesso à atribuição de habitações em regime de arrendamento apoiado, os indivíduos e agregados familiares que se encontrem em situação de necessidade habitacional urgente e temporária, designadamente decorrente de desastres naturais e calamidades ou de outras situações de vulnerabilidade, emergência social e perigo físico ou moral para as pessoas, incluindo as decorrentes de violência doméstica.”;

Considerando ainda que nos termos do n.º 2 do artigo 10.º do regulamento, “as condições de adequação e de utilização das habitações são definidas pela Câmara Municipal, em função da necessidade habitacional que determina a respetiva atribuição, a qual deve ser atestada pelas entidades competentes, nomeadamente Serviços de Proteção Civil, Tribunais, Ministério Público ou Instituto de Segurança Social se, e quando acompanhada por qualquer um desses serviços e pela UOC, quando assim não suceda.”

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do nº 1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, conjugada com o artigo 14º da Lei nº 81/2014 de 19 de dezembro, republicada pela Lei nº 32/2016 de 24 de agosto, realojar temporariamente, por um período de 12 meses, a munícipe em questão, cujo valor da renda ao abrigo da legislação em vigor, será no valor de 4,36€ (quatro euros e trinta e seis cêntimos), a partir do próximo mês de junho do corrente ano.

Mais delibera, aprovar a minuta do contrato de arrendamento que se encontra em anexo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

50. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra em 2019 – Área social - Sport Operário Marinhense - Autismo Rock's.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** e o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** comunicaram o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que fazem parte dos órgãos sociais do Sport Operário Marinhense.

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

Os Srs. Vereadores do MpM declararam o seguinte:

“Esta iniciativa é da maior relevância e merece ser apoiada. A associação diz que o orçamento é de 850€, pede apoio à Câmara de 750€ “para pagamento aos oradores, artistas e técnicos de som”, e a atribuição é de 300€ - Qual o critério?”

Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este, nem qualquer outro apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”

283 - Presente deliberação de 12 março de 2019, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividade pontual:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/9088/2018 de 3 de outubro	501417702	Sport Operário Marinhense	Autismo Rock's	33,8 pontos

Presente informação com n.º de registo I/503/2019, de 06 de março, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade Sport Operário Marinhense preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para o Autismo Rock's.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/89;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Considerando que a entidade informou, através da entrada com o registo n.º3306/2019, que a data do evento foi alterada para dia 15 de maio de 2019.

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	DELIBERAÇÃO
E/9088/2018 de 3 de outubro	501417702	Sport Operário Marinhense	Autismo Rock's	33,8 pontos	2018/A/89	300,00

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora do MpM, Mêlina Mira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

DIVISÃO JURÍDICA E DE APOIO

APOIO JURÍDICO

51. (In)admissibilidade de atribuição de um subsídio por aluno que frequente os cursos de iniciação de Música e de Dança, bem como os cursos básicos de Música e de Dança

Assunto retirado da ordem do dia, para melhor análise.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

E nada mais havendo a tratar, a Sr.^a Presidente encerrou a reunião eram 19:25 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária da reunião,